



MAPA DA EXCLUSÃO²⁰ SOCIAL DO PARÁ 25





GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zaluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS (FAPESPA)

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri
Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

Osvaldo Trindade Carvalho
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

EXPEDIENTE

Publicação oficial:

© 2025 Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas – FAPESPA.
Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial.

Elaboração, edição e distribuição:
FAPESPA

Endereço:
Av. Presidente Vargas, 670.
Bairro: Campina – Belém – PA.

Diretor-Presidente
Marcel do Nascimento Botelho

Diretor de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural
Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza

Coordenadora de Estudos Sociais
Jessica Aline Duarte Lopes

Coordenador de Estudos Econômicos e Análise Conjuntural
Marcelo Santos Chaves

Normalização ABNT
Andrea C. S. Corrêa

EQUIPE TÉCNICA

Alana Maria Ferreira Borges
Denize Rafaela Alfaia de Oliveira
Elisandro Ribeiro da Costa
Marcelo Santos Chaves
Marcílio da Silva Matos
Nara Isa da Silva Lages
Raimundo Victor Oliveira Santos
Raymundo Nonato da Frota Costa Júnior

ELABORAÇÃO CARTOGRÁFICA

Elias Klelington L R da Silva

CAPA

Assessoria de Comunicação (ASCOM)



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

ÓRGÃOS COLABORADORES

Secretaria de Estado de Saúde Pública – SESPA

Secretaria de Estado de Planejamento e Administração – SEPLAD

Secretaria de Estado de Segurança Pública – SEGUP

Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará – FASEPA

Secretaria de Estado de Administração Penitenciária – SEAP



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO (CIP)

F981m Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará (FAPESPA)
 Mapa da Exclusão Social do Estado do Pará 2025 / Diretoria de Estudos e
 Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural. – Belém, 2025
 90 f.: il.

Inclui referências

1. Exclusão social - Pará. 2. Políticas públicas - Indicadores. I.
FAPESPA. II. Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e
Análise Conjuntural. III. Título.

CDD: 25 ed. 305.5

Elaboração:
Andréa C. S. Corrêa
CRB-2/1148



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

APRESENTAÇÃO

A Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA) disponibiliza a edição 2025 do Mapa da Exclusão Social do Estado do Pará, instituído pela Lei nº 6.836/2006, alterada pela Lei nº 8.327/2015, que o estabeleceu como um diagnóstico anual e regionalizado a ser encaminhado anualmente pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo, juntamente com o Projeto de Lei Orçamentária Anual, e ao Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE-PA), como uma análise da realidade social e da situação de exclusão social no estado do Pará.

O Mapa da Exclusão Social apresenta análises das temáticas: expectativa de vida, renda, emprego, educação, saúde, saneamento, habitação e segurança. Elas foram definidas em consonância com o conjunto de indicadores preconizados na lei que o institui. Todo esse encadeamento de dados procura fornecer à governança de estado uma visão das realidades vividas pela maior parte da população e, assim, possibilitar o estabelecimento de prioridades de políticas públicas a fim de alterar o que, no conceito, chama-se de exclusão social.

Cabe mencionar ainda que, para atender a todos os eixos determinados por lei na elaboração do Mapa da Exclusão Social do Pará, a

FAPESPA, responsável pela elaboração deste documento, contou com a colaboração direta e indireta das Secretarias de Planejamento e Administração, Saúde, Administração Penitenciária e Segurança Pública, assim como da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará.

Por fim, tal ferramenta configura-se como uma bússola poderosa que pode conduzir a sociedade paraense a um patamar mais elevado de desenvolvimento econômico com justiça social, de maneira que qualquer tipo de ação governamental que precede de um diagnóstico tenha a finalidade de atacar os problemas em suas raízes, e não somente seus efeitos perversos.

Este documento, em linhas gerais, tem o objetivo de evidenciar os elementos que conduzem uma sociedade em seus aspectos favoráveis e/ou contraproducentes em um determinado período, por uma determinada causa (como foi o caso da pandemia de COVID-19), considerando que as estatísticas oficiais permitem um olhar estratégico do governo, com ações conjuntas de seus órgãos constituintes, visando às tão sonhadas inclusão e justiça sociais.

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza

Diretor de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Expectativa de vida ao nascer (em anos), no estado do Pará e Regiões de Integração, 2023-2024.....	18
Tabela 2: População economicamente ativa ocupada e taxa de ocupação no Brasil, Região Norte e estado do Pará, 2023 – 2024.....	23
Tabela 3: Participação da população ocupada por posição na ocupação no trabalho principal no Brasil, Região Norte e estado do Pará, 2023-2024.....	26
Tabela 4: Rendimento médio real do trabalho principal, habitualmente recebido no mês de referência, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho (Reais). Pará, 2023-2024.	30
Tabela 5: Índice de Gini da renda do emprego formal por Região de Integração, 2023-2024.....	31
Tabela 6: Proporção de pessoas no CADÚNICO de famílias em situação de pobreza ¹ (Proxy da taxa de pobreza), por Região de Integração do estado do Pará, 2023-2024.....	37
Tabela 7: Taxas de aprovação (%) nos Ensinos Fundamental e Médio, Pará e Regiões de Integração, 2023-2024.....	43
Tabela 8: Taxas de reprovação (%) nos Ensinos Fundamental e Médio, Pará e Regiões de Integração, 2023-2024.....	47
Tabela 9: Taxas de abandono (%) dos Ensinos Fundamental e Médio, Pará e Regiões de Integração, 2023-2024.....	50
Tabela 10: Taxa de alfabetização de adultos com 18 anos ou mais, Brasil, Região Norte e estado do Pará, 2023-2024.....	53
Tabela 11: Taxa de distorção idade-série (%) dos Ensinos Fundamental e Médio para o estado do Pará e Regiões de Integração, 2023-2024.....	54
Tabela 12: Taxa de cobertura populacional da Atenção Primária à Saúde (APS), no estado do Pará e Regiões de Integração, 2023-2024.....	63
Tabela 13: Leitos de internação hospitalar (por mil habitantes) do SUS, no estado do Pará e Regiões de Integração, 2023-2024.....	65
Tabela 14: Taxa de mortalidade infantil (menores de 01 ano por mil nascidos vivos), no estado do Pará e Regiões de Integração, 2023-2024.....	68
Tabela 15: Taxa de mortalidade materna (por 100 mil nascidos vivos), no estado do Pará e Regiões de Integração, 2023-2024.....	71
Tabela 16: Proporção de nascidos vivos de mães com sete ou mais consultas de pré-natal, no estado do Pará e Regiões de Integração, 2023-2024.....	75
Tabela 17: Valores percentuais de domicílios atendidos pelos serviços de saneamento básico no estado do Pará, na Região Metropolitana de Belém e fora da RMB, 2020-2024.....	80
Tabela 18: Percentual de domicílios improvisados e densidade excessiva de moradores, por dormitório, no Pará, RMB e fora da RMB, 2020-2024.....	85



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Tabela 19: Percentual de domicílios sem banheiro ou sanitário exclusivo, com paredes de material não durável e sem energia elétrica, no Pará, RMB e Fora da RMB, 2020-2024.....	87
Tabela 20: Taxa de roubo, por 100 mil habitantes, no estado do Pará e Regiões de Integração, com variação entre os anos de 2023-2024.....	91
Tabela 21: Taxa de homicídio, por 100 mil habitantes, no estado do Pará e Regiões de Integração, com variação entre os anos de 2023-2024.....	93
Tabela 22: Taxa de homicídio no trânsito, por 100 mil habitantes, no estado do Pará e Regiões de Integração, com variação entre os anos de 2023-2024.....	96
Tabela 23: Percentual de detentos reincidentes e não reincidentes, no estado do Pará e Regiões de Integração, 2023-2024.....	98
Tabela 24: Taxa de reintegração social de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, no estado do Pará e Regiões de Integração, 2023-2024.....	101



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Expectativa de vida ao nascer, nas Regiões de Integração, 2023-2024.....	17
Gráfico 2: Comparação da expectativa de vida ao nascer, entre as Regiões de Integração, 2023-2024.....	19
Gráfico 3: Participação da população ocupada por sexo, no Brasil, Região Norte e estado do Pará, 2023-2024.....	24
Gráfico 4: Participação da população ocupada por faixa etária, no Brasil, Região Norte e estado do Pará, 2023-2024.....	25
Gráfico 5: Rendimento médio real (R\$) de pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas, Brasil, Região Norte e Pará, 2023-2024.....	28
Gráfico 6: Comparação do Índice de Gini da renda do emprego formal entre as Regiões de Integração, 2023-2024.....	34
Gráfico 7: Proporção de pessoas no CADÚNICO de famílias em situação de Pobreza ¹ (Proxy da taxa de pobreza), Brasil, Região Norte e Pará, 2020-2024.....	36
Gráfico 8: Comparação da taxa de pobreza entre as Regiões de Integração, 2023-2024.....	39
Gráfico 9: Comparação da taxa de aprovação total do Ensino Fundamental entre as Regiões de Integração, 2023-2024.....	45
Gráfico 10: Comparação da taxa de aprovação total do Ensino Médio entre as Regiões de Integração, 2023-2024.....	45
Gráfico 11: Comparação da taxa de reprovação total do Ensino Fundamental entre as Regiões de Integração, 2023-2024.....	48
Gráfico 12: Comparação da taxa de reprovação total do Ensino Médio entre as Regiões de Integração, 2023-2024.....	49
Gráfico 13: Comparação da taxa de abandono total do Ensino Fundamental entre as Regiões de Integração, 2023-2024.....	52
Gráfico 14: Comparação da taxa de abandono total do Ensino Médio entre as Regiões de Integração, 2023-2024.....	52
Gráfico 15: Comparação da distorção idade-série total do Ensino Fundamental entre as Regiões de Integração, 2023-2024.....	56
Gráfico 16: Comparação da distorção idade-série total do Ensino Médio entre as Regiões de Integração, 2023-2024.....	56
Gráfico 17: Incremento (%) de estudantes do Ensino Superior, Brasil, Região Norte e Pará, 2023-2024.....	57
Gráfico 18: Comparação da taxa de cobertura populacional da Atenção Primária à Saúde (APS) entre as Regiões de Integração, 2023-2024.....	64
Gráfico 19: Comparação dos leitos de internação hospitalares do SUS (mil hab.) entre as Regiões de Integração, 2023-2024.....	66
Gráfico 20: Comparação da taxa de mortalidade infantil entre as Regiões de Integração, 2023-2024.....	69
Gráfico 21: Comparação da taxa de mortalidade materna entre as Regiões de Integração 2023-2024*.....	73



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Gráfico 22: Comparação da proporção de nascidos vivos de mães com sete ou mais consultas de pré-natal entre as Regiões de Integração, 2023-2024*.....	76
Gráfico 23 – Comparação da taxa de roubo (por 100 mil hab.) entre as Regiões de Integração, 2023-2024.....	92
Gráfico 24: Comparação da taxa de homicídio (por 100 mil hab.) entre as Regiões de Integração 2023-2024.....	94
Gráfico 25: Comparação da taxa de homicídio no trânsito (por 100 mil hab.) entre as Regiões de Integração, 2023-2024.....	97
Gráfico 26: Taxa de reincidência de egressos assistidos no estado do Pará, 2023-2024.	99
Gráfico 27: Comparação do percentual de detentos reincidentes entre as Regiões de Integração, 2023-2024.....	100
Gráfico 28: Comparação da taxa de reintegração social de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, por Região de Integração do estado do Pará, 2023-2024.....	103



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Evolução da expectativa de vida ao nascer, por Região de Integração, 2023-2024.....	18
Figura 2: Evolução do Índice de Gini da renda do emprego formal, por Região de Integração, 2023-2024.....	33
Figura 3: Evolução da proporção de pessoas abaixo da linha da pobreza, por Região de Integração, 2023-2024.....	38
Figura 4: Evolução da taxa de aprovação total dos Ensinos Fundamental e Médio, por Região de Integração, 2023-2024.....	44
Figura 5: Evolução da taxa de reprovação total dos Ensinos Fundamental e Médio, por Região de Integração, 2023-2024.....	48
Figura 6: Evolução da taxa de abandono total dos Ensinos Fundamental e Médio, por Região de Integração, 2023-2024.....	51
Figura 7: Evolução da taxa de distorção idade-série total dos Ensinos Fundamental e Médio, por Região de Integração, 2023-2024.....	55
Figura 8: Evolução da taxa de cobertura populacional da Atenção Primária à Saúde (APS) entre as Regiões de Integração, 2023-2024.....	63
Figura 9: Evolução dos leitos de internação hospitalar do SUS (mil hab.), por Região de Integração, 2023-2024.....	66
Figura 10: Evolução da taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos), por Região de Integração, 2023-2024.....	69
Figura 11: Evolução da taxa de mortalidade materna, por Região de Integração, 2023-2024.....	73
Figura 12: Evolução de nascidos vivos de mães com sete ou mais consultas de pré-natal(%), por Região de Integração, 2023-2024.....	75
Figura 13: Evolução da taxa de roubo (100 mil habitantes), por Região de Integração, 2023-2024.....	92
Figura 14: Evolução da taxa de homicídio (100 mil habitantes), por Região de Integração, 2023-2024.....	94
Figura 15: Evolução da taxa de homicídio no trânsito (100 mil habitantes), por Região de Integração, 2023-2024.....	96
Figura 16: Evolução da taxa de reincidência de presos, por Região de Integração, 2023-2024.....	99
Figura 17: Evolução da taxa de reintegração social de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, por Região de Integração, 2023-2024.....	102



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1 EXPECTATIVA DE VIDA AO NASCER.....	16
2 EMPREGO.....	21
3 RENDA	27
4 EDUCAÇÃO	38
5 SAÚDE	54
6 SANEAMENTO BÁSICO.....	69
7 HABITAÇÃO	72
8 SEGURANÇA PÚBLICA.....	77
REFERÊNCIAS	90



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

INTRODUÇÃO

O Mapa da Exclusão Social do estado do Pará consiste em um diagnóstico realizado anualmente sobre a realidade social do estado e das 12 Regiões de Integração (RIs), fazendo referência aos dois últimos anos. Foi instituído pela Lei n° 6.836, de 13 de fevereiro de 2006, alterada pela Lei Ordinária n° 8.327, de 22 de dezembro de 2015, sendo de responsabilidade do Poder Executivo. Deve ser entregue anualmente ao Poder Legislativo, juntamente com o Projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA), e, no mesmo prazo, ao Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE-PA).

A partir de 2015, a FAPESPA assumiu a responsabilidade de execução do Mapa da Exclusão Social, contando com a parceria de outros órgãos governamentais para a compilação de dados oficiais que corroboram a análise proposta. Em 2025, foram estabelecidas parcerias com a Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará (FASEPA), a Secretaria de Estado de Saúde Pública (SESPA), a Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD), a Secretaria de Estado de

Segurança Pública (SEGUP) e a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP).

Este Mapa da Exclusão Social foi estruturado em oito capítulos, em concordância com as seguintes temáticas: expectativa de vida, renda, emprego, educação, saúde, saneamento básico, habitação e segurança, abordadas a partir de 31 indicadores previstos na Lei n.º 8.327/2015. Avaliando a dimensão territorial do Pará e suas particularidades geográficas, históricas e socioeconômicas, criou-se a necessidade de uma análise aprofundada das situações de vulnerabilidade social existentes em suas diversas regiões, por meio da desagregação geográfica dos dados de acordo com as 12 Regiões de Integração (RI) do estado, a Região Metropolitana de Belém (RMB) e as localidades fora da RMB, sendo que a definição dessas áreas depende da disponibilidade dos dados. Avaliar a efetividade das ações e políticas direcionadas a essas populações é crucial. Nesse cenário, o Mapa da Exclusão Social oferece uma contribuição valiosa, atuando como um documento de gestão e acompanhamento que



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

facilita a tomada de decisões mais precisas sobre as questões investigadas.

Considerando o aspecto temporal, além dos anos imediatamente anteriores ao da execução do mapa, alguns indicadores são apresentados em série histórica, especialmente aqueles que tendem à menor variação em curto período. Para cada tema abordado, foram detalhadas as principais ações e políticas governamentais que foram implementadas ou estão em andamento no Pará durante os anos de 2023 e 2024. Essas informações foram extraídas, principalmente, da Mensagem do Governador do Pará à Assembleia Legislativa (edições de 2024 e 2025), um documento anual encontrado no site da SEPLAD.

É importante reforçar que os efeitos das ações governamentais nem sempre são vistos de imediato após a conclusão das políticas. As mudanças sociais que essas ações provocam são processos que se desenrolam ao longo do tempo, tornando-se visíveis apenas em uma perspectiva de longo prazo, e não em avaliações rápidas.

Os indicadores temáticos usados neste documento estão diretamente ligados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

da Organização das Nações Unidas (ONU). Essas metas fazem parte de uma agenda global para ser cumprida até 2030, focando em três pilares da sustentabilidade: econômico, social e ambiental.

Os ODS abrangem uma série de metas para melhorar diversas áreas, como saúde, educação, trabalho, combate à pobreza e à fome, redução das desigualdades sociais, ações climáticas, uso sustentável dos oceanos, padrões de produção e consumo, desenvolvimento de cidades, promoção da paz, entre outras.

Assim, este diagnóstico serve como uma ferramenta importante para mostrar o progresso do estado em relação a essas melhorias, contribuindo para a erradicação da pobreza e das desigualdades, um dos principais objetivos da Agenda 2030 da ONU.

A base de dados utilizada neste trabalho foi compilada a partir de fontes oficiais tanto estaduais quanto federais. Em nível estadual, os dados foram fornecidos pela Secretaria de Estado de Saúde Pública (SESPA), Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD), Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP), Fundação de



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (FASEPA) e Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP).

Já em âmbito nacional, as informações vieram de órgãos como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), especificamente da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNADC) Anual e Trimestral; Ministério da Saúde (MS), por meio do Departamento de Informática do SUS (DATASUS), do Painel de Monitoramento da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) e da Secretaria de Atenção Primária à Saúde (SAPS); Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a partir da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS); Ministério da Educação (MEC), por meio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP); e Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), utilizando dados do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico).

Neste contexto, foi necessário estimar dados ou utilizar uma variável substituta (proxy), seguindo critérios estatísticos, em situações em que as informações não foram publicadas ou disponibilizadas pelas fontes oficiais no prazo de entrega deste diagnóstico. O mesmo procedimento foi

aplicado quando houve interrupção na série histórica dos indicadores devido a alterações em sua metodologia.

Entre os 31 indicadores previstos na Lei 8.327/2015, 19 foram oficialmente produzidos pelo IBGE até 2015 por meio da PNAD Anual, substituída a partir de 2016 pela PNAD Contínua Anual (módulos) e trimestral. Assim, mediante a inevitabilidade da substituição das pesquisas, faz-se necessária a harmonização metodológica, de acordo com as novas diretrizes da PNAD Contínua, para uniformizar os conceitos e classificações dos indicadores produzidos pelo IBGE com os que estão descritos na Lei n.º 8.327/2015.

O Mapa da Exclusão Social é um documento crucial, pois seus indicadores sociais e metas de melhoria (metas sociais) estão alinhados com o Plano Plurianual de Ação Governamental e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Dada a vasta dimensão e as particularidades geográficas, históricas e socioeconômicas do Pará, é essencial monitorar de perto as realidades sociais mais vulneráveis para avaliar a eficácia das políticas públicas. Nesse contexto, o Mapa da Exclusão Social torna-se uma ferramenta vital



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

de gestão e acompanhamento social, oferecendo dados para uma melhor tomada de decisão sobre os temas que investiga.

1 EXPECTATIVA DE VIDA AO NASCER

A expectativa de vida ao nascer é um indicador que representa o número médio de anos de vida esperados para um recém-nascido, considerando as medidas básicas das taxas de mortalidade existente. Reflete as condições gerais de vida de uma população em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

Sua fórmula de cálculo considera a razão entre o número de pessoas/anos vividos a partir do nascimento e o número de sobreviventes, conforme a Lei nº 8.327/2015. Os dados apresentados neste mapa correspondem ao biênio de 2023 e 2024 para o estado do Pará e suas Regiões de Integração.

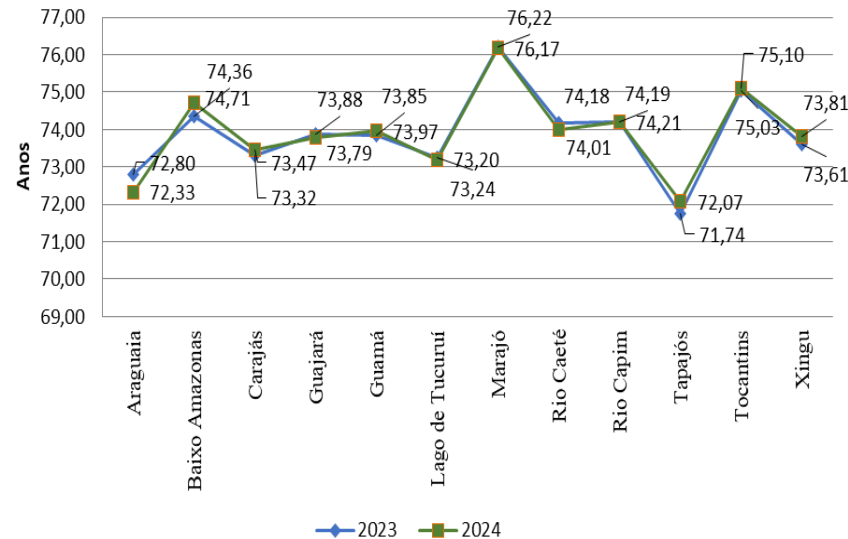
Analizando o gráfico 1, verificou-se que o indicador apresentou aumento em relação à expectativa de vida ao nascer em sete regiões, no período de análise. As RIs que apresentaram crescimento foram Baixo

Amazonas (0,35 ano), Carajás (0,15 ano), Guamá (0,12 ano), Rio Capim (0,02 ano), Tapajós (0,33 ano), Tocantins (0,07 ano) e Xingu (0,2 ano). Por outro lado, verificou-se que cinco das 12 regiões tiveram diminuição, com ênfase para a RI Araguaia, que apresentou a maior queda (0,47 ano), seguida pelas RIs Guajará (0,09 ano), Lago de Tucuruí (0,04 ano), Marajó (0,05 ano) e Rio Caeté (0,17 ano).



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Gráfico 1 - Expectativa de vida ao nascer nas Regiões de Integração (2023-2024).



Fonte: SESPA/FAPESPA, 2025.
Elaboração: FAPESPA, 2025.

Abaixo, a Tabela 1 exibe a expectativa de vida ao nascer, em anos, da população paraense dividida por Região de Integração, referente aos anos de 2023 e 2024. Observou-se que, das 12 regiões que compõem o estado, sete registraram aumento na expectativa de vida ao nascer. A

média da variação estadual para 2024 ficou em 0,05 ano, passando de 73,97 anos em 2023 para 74,02 anos em 2024.

Entre as regiões que apresentaram aumento na expectativa de vida, a RI Baixo Amazonas foi a que apresentou maior oscilação (0,35), passando de 74,36 anos em 2023 para 74,71 anos em 2024. Em seguida, estiveram as RI Tapajós (0,33), Xingu (0,20), Carajás (0,15), Guamá (0,12), Tocantins (0,07) e Rio Capim (0,02).

Tabela 1 - Expectativa de vida ao nascer (em anos) no estado do Pará e Regiões de Integração (2023–2024).

Unidades Geográfica	2023	2024
Pará	73,97	74,02
Araguaia	72,80	72,33
Baixo Amazonas	74,36	74,71
Carajás	73,32	73,47
Guajará	73,88	73,79
Guamá	73,85	73,97
Lago de Tucuruí	73,24	73,20
Marajó	76,22	76,17
Rio Caeté	74,18	74,01
Rio Capim	74,19	74,21
Tapajós	71,74	72,07



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Tocantins	75,03	75,10
Xingu	73,61	73,81

Fonte: SESP/FAPESPA, 2025.

Elaboração: FAPESPA, 2025.

Nota1: Os dados de 2023 foram atualizados, segundo as estimativas populacionais do DATASUS (2023 e 2024).

Em relação às cinco outras RIs que apresentaram queda na expectativa de vida ao nascer no estado do Pará, estão: RI Araguaia, com variação de -0,47, caindo de 72,8 anos em 2023 para 72,33 anos em 2024; RI Rio Capim, com queda de -0,17, declinando para 74,01 anos em 2024; RI Guajará, com -0,09, diminuindo para 73,79 anos; RI Marajó retrocedendo para -0,05, alcançando 76,17 anos; e, por fim, RI Lago do Tucuruí, com redução de -0,04, passando de 73,24 anos para 73,20 anos.

A expectativa de vida envolve múltiplas causalidades e se baseia no cálculo da mortalidade pelos anos vividos, o que denota que todo conjunto de fatores implicados na diminuição ou melhora na qualidade de vida de dada população irá interferir, direta ou indiretamente, neste indicador, sejam os componentes deletérios ou benéficos, (violência, condições de saúde em geral, saneamento etc.). Portanto, com o conhecimento desses condicionantes socioeconômicos e ambientais

determinantes na causalidade da expectativa de vida, pode-se ter melhor compreensão do cenário em que as demais variáveis visualizadas ao longo deste documento têm maior ou menor inserção neste indicador em específico.

Figura 1: Evolução da expectativa de vida ao nascer, por Região de Integração, 2023–2024.

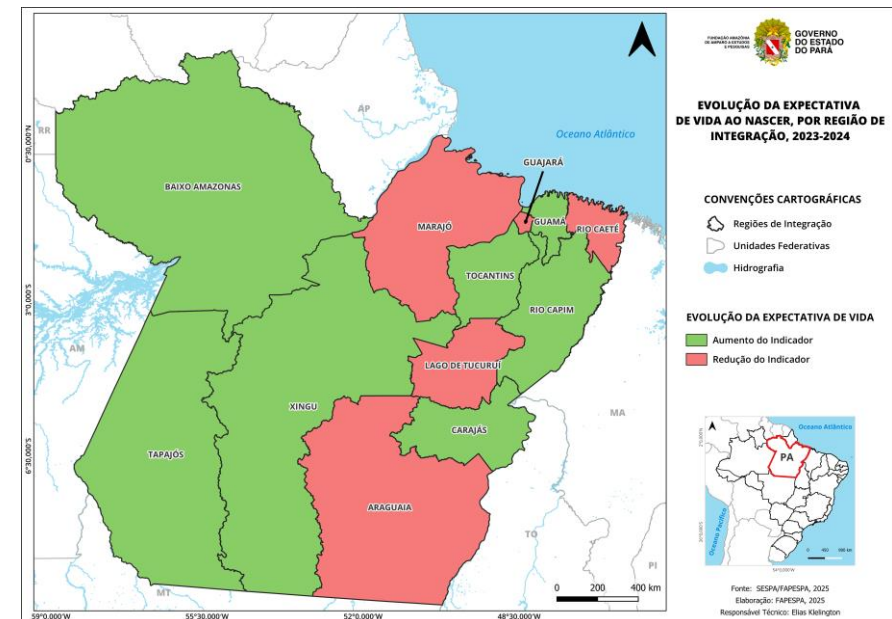
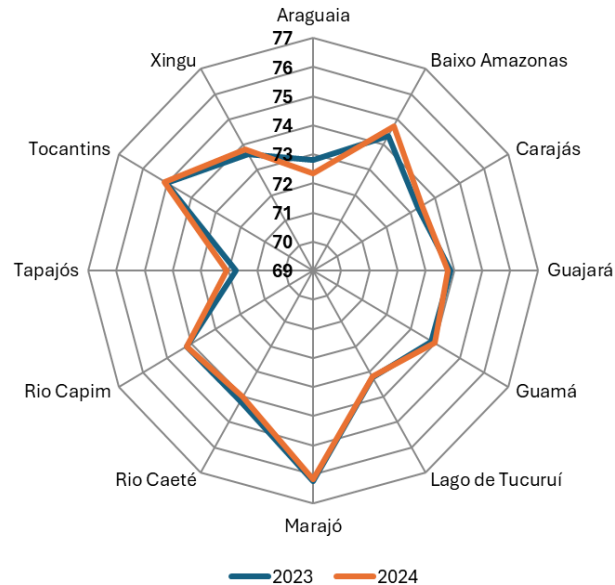


Gráfico 2: Comparação da expectativa de vida ao nascer entre as Regiões de Integração, 2023-2024.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA



Fonte: SESP/FAPESPA, 2025.
Elaboração: FAPESPA, 2025.

É possível ainda notar que a expectativa de vida ao nascer obteve uma pequena diferença entre os anos analisados, mesmo tendo aumentado na maioria das RIs de 2023 e 2024, conforme demonstrado no gráfico 2, onde consta a comparação da expectativa de vida ao nascer entre as ris.

AÇÕES DO GOVERNO – Expectativa de vida ao nascer

O indicador expectativa de vida ao nascer é importante para a construção e compreensão das políticas públicas, suas dimensões e seus impactos. Desta maneira, à medida que as pessoas vivem mais, cresce a necessidade de mais produtos, serviços e, principalmente, de políticas sociais que garantam sistemas de saúde, habitação e renda capazes de suprir as necessidades fundamentais de qualquer cidadão. Isso é crucial para que o sistema consiga acompanhar o envelhecimento da população, garantindo o bem-estar e uma vida saudável.

Neste sentido, os investimentos realizados pelo Estado do Pará, em 2024, no âmbito dos direitos fundamentais e para a melhoria da qualidade de vida, foram destinados a serviços públicos, como saúde, trabalho e renda, habitação adequada, atendimento social e outros.

Na área da saúde, que está correlacionada aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), principalmente ao Objetivo 3, que preconiza assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

as pessoas em todos os lugares, destacam-se metas como: reduzir a taxa de mortalidade materna (Meta 1.1), acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos (Meta 1.2), atingir a cobertura universal de saúde (Meta 3.8), dentre outras (PNUD, 2015). Portanto, em termos de ações públicas voltadas para a saúde, foram realizados investimentos expressivos, com destaque para o financiamento de R\$ 118 milhões em recursos para a Atenção Primária nos 144 municípios.

Na área da habitação, o Governo do Estado do Pará tem previsão de investimentos de R\$ 2,2 bilhões em desenvolvimento urbano, habitação, saneamento e mobilidade, com o objetivo de melhorar a infraestrutura, elevar a qualidade de vida e reduzir as desigualdades sociais em todas as regiões do estado.

Na área da renda, o Poder Executivo estadual tem implantado ações a partir do Programa Estadual Renda Pará, com investimentos de R\$ 52 milhões, que beneficiaram 520 mil famílias em situação de

vulnerabilidade. Outro destaque é o Programa Vale Gás, que atendeu 50 mil famílias inseridas no Cadastro Único, totalizando repasse de mais de R\$ 17 milhões.



2 EMPREGO

Neste tópico, será realizada uma abordagem das dinâmicas do mercado de trabalho por meio do perfil da população economicamente ativa (PEA), que se refere às pessoas em idade de 14 a 60 anos ou mais, aptas ao trabalho, e que são classificadas como ocupadas ou desocupadas. Neste sentido, serão utilizados indicadores demográficos que estejam relacionados à temática do emprego a partir da taxa de participação da PEA e distribuição por faixa etária, sexo e posição na ocupação. A análise se dará de forma comparativa entre Brasil, Região Norte e estado do Pará, nos anos de 2023 e 2024.

POPULAÇÃO OCUPADA

- **População economicamente ativa (PEA) ocupada e taxa de ocupação**

A PEA está detalhada na tabela 2 a partir de indicadores que retratam a população em idade para trabalhar, a força de trabalho e as taxas de ocupação e desocupação. A primeira diz respeito à população a

partir de 14 anos, ou seja, considerada apta ao trabalho e que engloba pessoas ocupadas (que estão trabalhando), desocupadas (que estão procurando trabalho) e fora da força de trabalho (que não trabalham e não estão buscando trabalho). Já a força de trabalho é composta apenas por pessoas, na faixa de idade para trabalhar, que estão ocupadas ou desocupadas. O contingente da força de trabalho correspondeu a cerca de 60% do total em idade para trabalhar no ano de 2024 em todas as unidades regionais destacadas na tabela.

Comparando os anos 2023 e 2024, a população em idade para trabalhar aumentou 1,4 milhão no Brasil, 219 mil na Região Norte e 72 mil no Pará. Na força de trabalho, também ocorreu crescimento populacional no Brasil (1,7 milhões), Região Norte (204 mil) e Pará (78 mil).

O quantitativo de pessoas ocupadas foi superior ao de desocupadas e obteve elevação em todas as áreas estudadas. O aumento da população ocupada foi de 2,8 milhões no Brasil, 281 mil na Região Norte e 116 mil no Pará. Por outro lado, a população desocupada apresentou



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

variação negativa de -1,1 milhão no Brasil, -76 mil na Região Norte e -38 mil no Pará. A categoria fora da força de trabalho diminuiu o índice no Brasil (-237 mil) e no Pará (-6 mil). Na Região Norte, registrou elevação de 15 mil pessoas.

As taxas de ocupação continuaram com percentual acima de 90%, apresentando aumento no Brasil (1,2 p.p.), na Região Norte (1 p.p.) e no Pará (1 p.p.). Quanto às taxas de desocupação, houve redução aproximada de -1 p.p. em todos os territórios analisados.

Tabela 2: População economicamente ativa ocupada e taxa de ocupação no Brasil, Região Norte e estado do Pará, 2023 – 2024.

Indicadores	2023			2024		
	Brasil	Região Norte	Pará	Brasil	Região Norte	Pará
População em idade a trabalhar (mil pessoas)	174.793	14.663	6.885	176.264	14.882	6.957
Força de trabalho (mil pessoas)	108.009	8.758	4.140	109.717	8.962	4.219
Força de trabalho - ocupada (mil pessoas)	99.390	8.043	3.786	102.220	8.324	3.903
Força de trabalho -	8.619	715	354	7.497	638	316

desocupada (mil pessoas)						
Fora da força de trabalho (mil pessoas)	66.785	5.905	2.745	66.547	5.920	2.739
Taxa de ocupação (%)	92,0	91,9	91,5	93,2	92,9	92,5
Taxa de desocupação (%)	8,0	8,2	8,6	6,9	7,2	7,5

Fonte: IBGE-PNADC/T, 2025.
Elaboração: FAPESPA, 2025.

PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA POR SEXO E FAIXA ETÁRIA.

• Participação da população ocupada por sexo

Considerando o sexo da população ocupada, verifica-se, no gráfico 3, que a maioria é composta por pessoas do sexo masculino, tanto no Brasil quanto na Região Norte e no Pará, todos com participação aproximada de 60% para os homens, nos anos de 2023 e 2024. No país, a participação masculina permaneceu estável em 57,2%; no Norte, aumentou de 60,2% para 60,6%; e, no Pará, diminuiu de 61,1% para 60,6%.

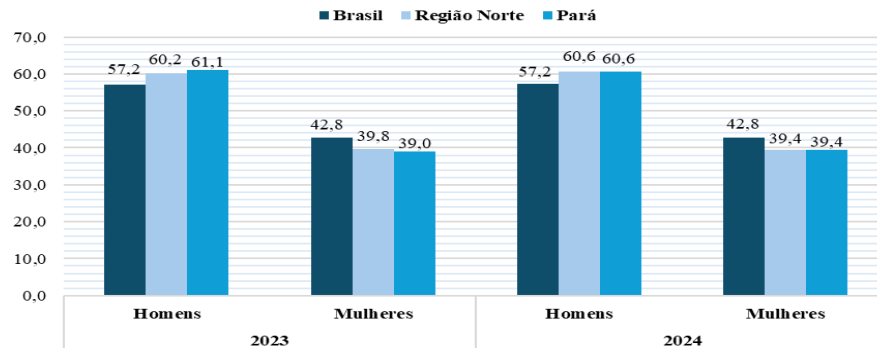


GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Quanto ao sexo feminino, observa-se menor participação, com percentual em torno de 40%. Em 2024, a Região Norte e o Pará registraram 39,4%, índice abaixo do apresentado no Brasil (42,8%).

Desse modo, apesar do empenho por meio de políticas voltadas para a inserção de mulheres no mercado de trabalho, perdura a disparidade entre os sexos na ocupação, com poucas mudanças na participação entre eles.

Gráfico 3: Participação da população ocupada, por sexo, no Brasil, Região Norte e estado do Pará, 2023 e 2024.



Fonte: IBGE-PNADC/T, 2025.

Elaboração: FAPESPA, 2025.

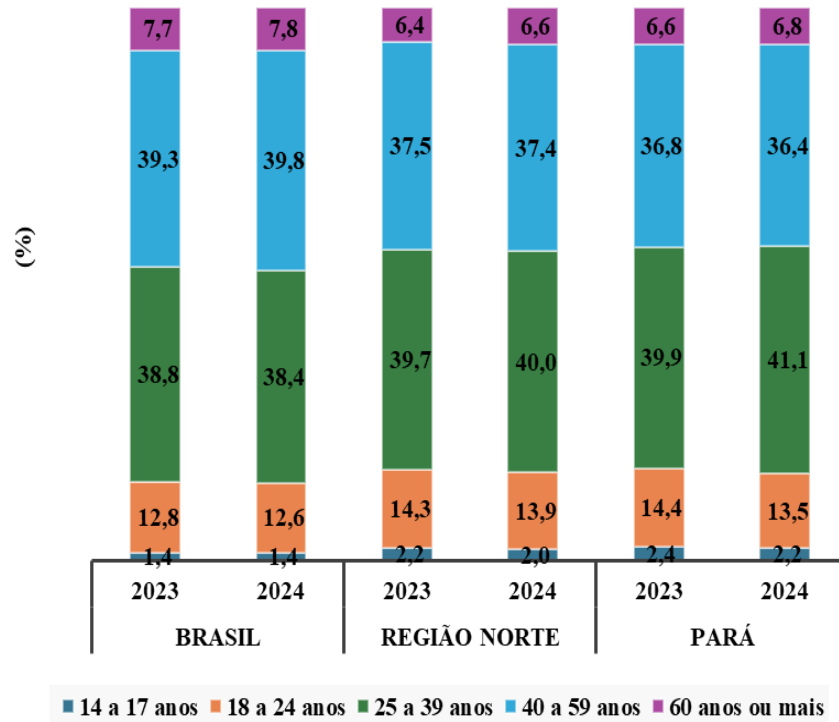
- **Participação da população ocupada por faixa etária**

Quanto à faixa etária da população ocupada, conforme o gráfico 4, são majoritárias pessoas de 40 a 59 anos no Brasil, enquanto na Região Norte e no Pará prevalece a população de 25 a 39 anos, todas com tendência de crescimento. Os trabalhadores adolescentes, de 14 a 17 anos, estiveram com menor participação em todos os territórios estudados, seguidos dos idosos, de 60 anos ou mais.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Gráfico 4: Participação da população ocupada, por faixa etária, no Brasil, Região Norte e estado do Pará, 2023 – 2024.



Fonte: IBGE-PNADC/T, 2025.
Elaboração: FAPESPA, 2025.

Os jovens de 18 a 24 anos representam a terceira faixa em percentual de participação, em que se percebe redução de -0,2 p.p no Brasil, -0,4 p.p na Região Norte e -0,9 p.p no Pará. As participações foram, sequencialmente, de 12,6%, 13,9% e 13,5%, em 2024.

- **Participação da população ocupada por posição na ocupação no trabalho**

Concernente à categoria ocupação, observa-se maior participação de empregados, com registros acima de 60% em todos os territórios, com exceção do Pará, que obteve 59,4% em 2023. Verifica-se tendência de crescimento do índice, com variações de 0,6% no Brasil, 1,6% na Região Norte e 1,2% no Pará, de acordo com a Tabela 3.

A categoria conta própria foi a segunda com mais representatividade entre a população ocupada, apesar de ter apresentado pequena retração: -0,4% no Brasil, -1,1% na Região Norte e -1% no Pará. O estado apresentou o maior percentual de participação (30,7%), superando a Região Norte (30,1%) e o Brasil (25,4%), chegando a 5,3% de diferença entre o Pará e o Brasil em 2024 (tabela 3).



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Na categoria empregador, os dados apontaram variações abaixo de 1 p.p., com redução no Brasil (-0,2 p.p.) e crescimento na Região Norte (0,4 p.p.) e no Pará (0,5 p.p.). Os índices foram de 4,1% no Brasil e na Região Norte, e de 4,9% no estado.

A categoria trabalhadora familiar auxiliar apresentou a menor participação e sofreu pequena redução no período: -0,1 p.p. no Brasil, -0,9 p.p. na Região Norte e -0,8 p.p. no Pará. Nesse grupo, em 2024, o Pará (3,7%) e a Região Norte (3,8%) se destacaram.

Tabela 3: Participação da população ocupada, por posição, na ocupação no trabalho principal no Brasil, Região Norte e estado do Pará, 2023-2024.

Posição na ocupação		Brasil	Região Norte	Pará
2023	Empregado	68,5	60,4	59,4
	Empregador	4,3	3,7	4,4
	Conta própria	25,8	31,2	31,7
	Trabalhador familiar auxiliar	1,5	4,7	4,5
2024	Empregado	69,1	62	60,6
	Empregador	4,1	4,1	4,9
	Conta própria	25,4	30,1	30,7
	Trabalhador familiar auxiliar	1,4	3,8	3,7

Fonte: IBGE- PNADC/T, 2025.
Elaboração: FAPESPA, 2025.

AÇÕES DO GOVERNO – EMPREGO

A SEPLAD (2025) estima que cerca de 50 mil novos postos de trabalho foram criados no Pará de janeiro a novembro de 2024. Ações para impulsionar a geração de emprego no estado foram contempladas pelo governo principalmente a partir da política de incentivos fiscais, da expansão dos distritos industriais e do apoio ao cooperativismo.

Além disso, também houve investimento no turismo, especialmente devido à realização da COP-30 que será realizada na capital, Belém, e que propiciou obras de mobilidade, saneamento e desenvolvimento urbano, gerando 5 mil empregos diretos e indiretos. Os setores que mais se destacaram foram comércio, serviços e construção civil.

Em 2024, o governo apoiou 167 cooperativas nas 12 RIs e a realização da Feira de Negócios do Cooperativismo Paraense (FENCOOP). Aprovou também o crédito do produtor; capacitou 2.300 profissionais do setor do turismo, e investiu na manutenção da Rede SINE, que abrange 52 municípios e já atendeu 407.981 trabalhadores, sendo 158



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

mil para seguro-desemprego e 11 mil para recolocações no mercado de trabalho. Ainda realizou o Feirão do Emprego para Pessoas com Deficiência (PcD) e Reabilitados do INSS.

Outras ações contemplaram jovens em situação de vulnerabilidade social, como o Programa Primeiro Ofício, que inseriu 2 mil jovens em vagas de aprendizagem. Além disso, 583 mulheres participaram de atividades formativas de empreendedorismo por meio do projeto Só D'Elas. Ademais, 963 artesãos, 212 empreendedores, 515 empreendimentos e 16 unidades produtivas foram diretamente apoiados com investimento de R\$ 411 mil, abrangendo 35 municípios. O governo investiu ainda R\$18,75 milhões em incentivo creditício para pessoas jurídicas e microempreendedores, beneficiando 4.900 cidadãos.



3 RENDA

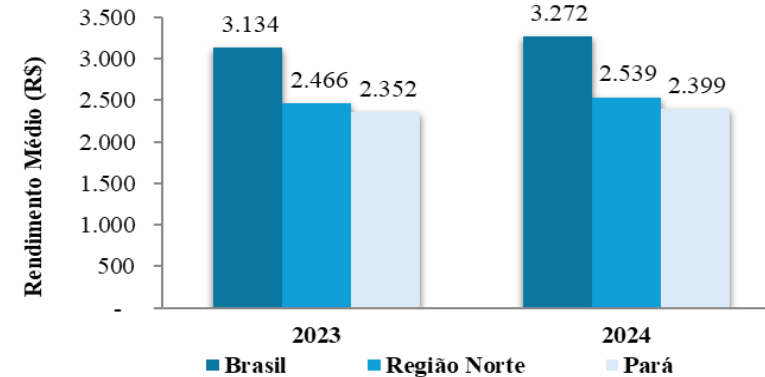
Os indicadores de renda apresentados neste mapa são baseados em três principais variáveis que permitem analisar a temática proposta: a renda média de todas as fontes, o Índice de Gini da renda do emprego formal e a proporção de pessoas abaixo da linha da pobreza. Os dados apresentados foram extraídos da base do IBGE e da RAIS referentes aos anos de 2023 e 2024, com o recorte temporal e metodológico de acordo com o estabelecido pela Lei n.º 8.327/2015. É importante destacar que esta temática está diretamente associada ao ODS 1, cuja diretriz é “acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares”. Outro ODS que também é objeto de análise deste mapa é o número 10, que se refere a “reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles”.

RENDA MÉDIA DE TODAS AS FONTES

De acordo com os dados expostos no gráfico 5, os quais foram extraídos da base de dados do IBGE-PNADC/T, é possível destacar que o rendimento médio real de pessoas de 14 anos ou mais cresceu em 2024

em relação ao ano anterior. A partir da análise comparativa, percebeu-se que o rendimento médio do trabalhador brasileiro aumentou 4,40% em relação a 2023, atingindo o valor de R\$ 3.272,00 (2024). Na Região Norte, o aumento foi de 2,96%, com rendimento de R\$ 2.539,00. No Pará, o aumento foi de 1,10%, com rendimento de R\$ 2.399,00 em 2024.

Gráfico 5 - Rendimento médio real (R\$) de pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas, no Brasil, Região Norte e Pará (2023–2024).



Fonte: IBGE-PNADC/T, 2025.

Elaboração: FAPESPA, 2025.

Nota: os dados de 2023 foram atualizados, segundo a PNADC/T, disponível no site do IBGE, em 08



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

de abril de 2025, bem como os dados de 2024 (tabela 6472).

Na tabela 4, é possível observar que o rendimento médio real do trabalho principal, na faixa etária indicada, apresentou acréscimo em relação ao rendimento em real em quase todas as categorias analisadas na tabela, exceto para empregado no setor público, (exclusive militar e funcionário público estatutário - com carteira de trabalho assinada), que teve perda salarial de -13,72%, passando de um rendimento de R\$ 5.058,00 em 2023 para R\$ 4.364,00 em 2024. Os demais trabalhadores tiveram acréscimos no rendimento médio de, no mínimo, 3,54%, como foi o caso da categoria empregador.

Entre as categorias que apresentaram crescimento no rendimento médio real do trabalho, três aparecem em destaque: 1) **trabalhador empregado no setor privado, militar e funcionário público estatutário**, com aumento de 19,38% passando de R\$ 4.955,00 em 2023 para R\$ 5.915,00 em 2024; 2) **trabalhador empregado no setor privado doméstico sem carteira assinada**, com crescimento de 13,90% e rendimento passando de R\$ 1.312,00 em 2023 para R\$ 1.494,00 em 2024; 3) **trabalhador por conta própria**, que apresentou acréscimo de 13,35% passando de um rendimento de R\$ 1.281,00 para R\$ 1.452,00 em 2024.

Tabela 4 - Rendimento médio real do trabalho principal, habitualmente recebido no mês de referência pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência com rendimento de trabalho (Reais), Pará (2023-2024).

Posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal	2023	2024
Empregado no setor privado, exclusive trabalhador doméstico	1.868	2.024
Empregado no setor privado, exclusive trabalhador doméstico - com carteira de trabalho assinada	2.353	2.449
Empregado no setor privado, exclusive trabalhador doméstico - sem carteira de trabalho assinada	1.312	1.494
Trabalhador doméstico	852	885
Trabalhador doméstico - com carteira de trabalho assinada	1.401	1.528
Trabalhador doméstico - sem carteira de trabalho assinada	757	803
Empregado no setor público	4.025	4.330
Empregado no setor público, exclusive militar e funcionário público estatutário - com carteira de trabalho assinada	5.058	4.364
Empregado no setor público, exclusive militar e funcionário público estatutário - sem carteira de trabalho assinada	2.421	2.554
Empregado no setor público - militar e funcionário público estatutário	4.955	5.915
Empregador	5.456	5.649
Conta própria	1.281	1.452

Fonte: IBGE-PNADC/T, 2025.

Elaboração: FAPESPA, 2025.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

ÍNDICE DE GINI

O Índice de Gini é uma medida estatística que calcula a desigualdade a partir da distribuição de renda. O índice foi desenvolvido pelo estatístico italiano Conrado Gini em 1912, e é habitualmente utilizado em estudos econômicos, sociológicos e ciência de dados, avaliando a equidade na distribuição de renda. Seu cálculo consiste em um número entre 0 e 1, em que 0 corresponde à completa igualdade de renda (todos têm a mesma renda) e 1, à máxima desigualdade (uma pessoa detém toda a renda). A construção do coeficiente de Gini é baseada na “Curva de Lorenz”.

A análise da métrica de renda, em qualquer estudo econômico, é fundamental para compreender as disparidades sociais e econômicas em diferentes regiões ao longo do tempo.

As variáveis utilizadas para calcular o Coeficiente de Gini no estado do Pará e nas Regiões de Integração foram: proporção acumulada da população com vínculo formal de trabalho e proporção acumulada da renda do emprego formal, cujas variações

foram analisadas no período de 2023 e 2024 (Tabela 5).

Os resultados do Índice de Gini mostram retração na desigualdade entre os rendimentos dos trabalhadores na categoria de emprego formal no estado do Pará e em todas as RIs no ano de 2024, resultando na diminuição da concentração de renda. O índice estadual passou de 0,2491 para 0,1761 entre 2023 e 2024.

Tabela 5 - Índice de Gini da renda do emprego formal, por Região de Integração (2023–2024).

Estado/RI	2023	2024
Pará	0,2491	0,1761
Araguaia	0,1676	0,1426
Baixo Amazonas	0,2237	0,1749
Carajás	0,2356	0,2051
Guajará	0,3206	0,1812
Guamá	0,1328	0,0907
Lago de Tucuruí	0,1904	0,1690
Marajó	0,1687	0,1273
Rio Caeté	0,1438	0,1000
Rio Capim	0,1810	0,1385
Tapajós	0,1677	0,1633



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Tocantins	0,1913	0,1889
Xingu	0,1899	0,1526

Fonte: ME(RAIS)/FAPESPA, 2025.

Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2025.

Nota 1: para o cálculo do Índice de Gini usado neste trabalho, utilizou-se a proporção de salários (renda) pela proporção de vínculos empregatícios (população).

Nota 2: o cálculo não levou em consideração vínculos empregatícios que não se enquadravam em nenhuma faixa salarial constituída pela RAIS.

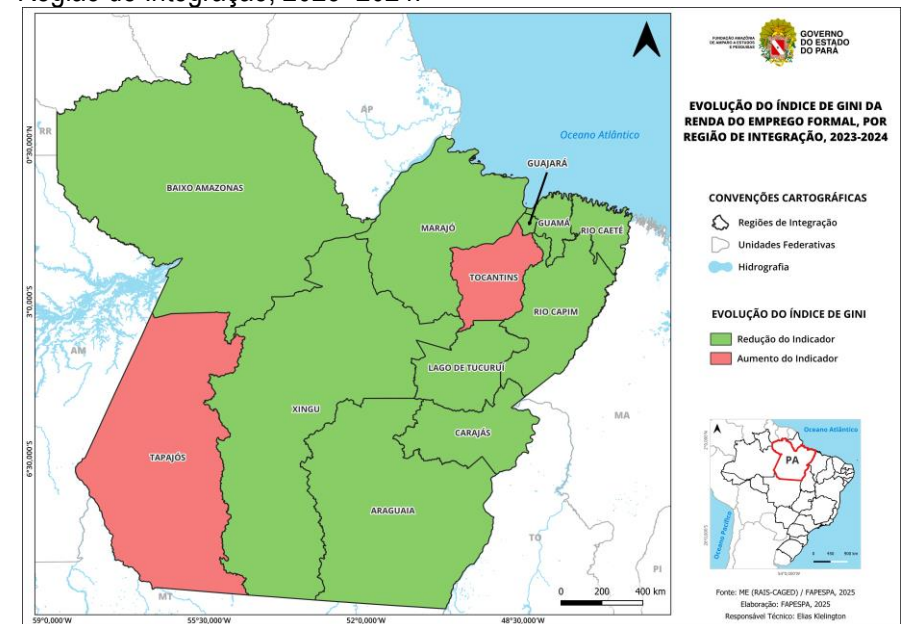
*Os valores estimados pela FAPESPA em 2023 - em função da plataforma de extração de dados do Novo CAGED não ter disponibilizado as informações sobre o saldo do emprego por faixa de salários mínimos - já estão atualizados, segundo o CAGED, bem como os de 2024.

Os dados do indicador analisado apontaram que a desigualdade entre os rendimentos dos trabalhadores paraenses permanece baixa, bem como em anos anteriores, uma vez que, em todas as Regiões de Integração, o Índice de Gini encontrou-se abaixo de 0,3. Portanto, a concentração de renda não ocorre por consequência de grandes disparidades nos rendimentos entre a população de empregados formais e os salários desses trabalhadores, de modo geral.

De acordo com os dados apresentados na Tabela 5, em 2024, a RI Carajás apresentou o maior índice (0,2051) e a RI Guamá, o menor (0,0907). É importante também destacar que Guajará, apesar de ter diminuído o índice de desigualdade de 0,3206 em 2023 para 0,1812 em

2024, foi uma das três regiões com nível de desigualdade mais elevado, ao lado de RI Carajás, como mencionado anteriormente, e RI Tocantins (0,1889).

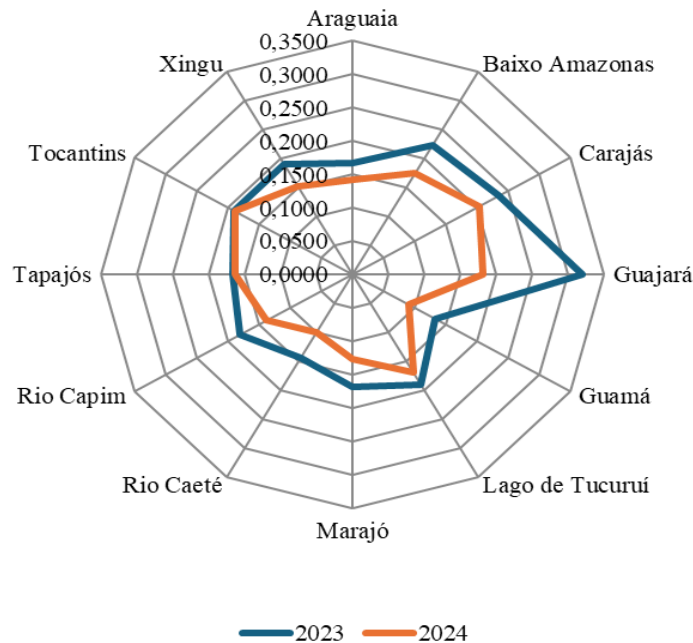
Figura 2: Evolução do Índice de Gini da Renda do Emprego Formal por Região de Integração, 2023–2024.





GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Gráfico 6 - Comparação do Índice de Gini da renda do emprego formal entre as Regiões de Integração (2023-2024).



Fonte: ME (RAIS)/FAPESPA, 2025.
Elaboração: FAPESPA, 2025.

PESSOAS ABAIXO DA LINHA DA POBREZA

Neste item, o diagnóstico utilizou o conceito de **linha de pobreza** para referir-se à população com renda domiciliar mensal per capita de até meio salário mínimo, considerando determinado espaço geográfico e ano, de acordo com a Lei Estadual n.º 8.327/2015. Portanto, o indivíduo considerado pobre é todo aquele cujo nível de renda ou consumo per capita de sua família ou domicílio está abaixo do mínimo essencial para suprir necessidades humanas básicas. Esse mínimo é, usualmente, chamado “linha de pobreza”.

A pobreza é uma condição social e econômica caracterizada pela carência no atendimento das necessidades básicas. Neste sentido, a falta de acesso a serviços básicos e fundamentais, como ensino de boa qualidade, saúde, energia elétrica e água potável ainda é uma realidade para milhões de pessoas em todo o mundo, seja por fatores socioeconômicos, de gênero, etnia ou geografia. É importante, portanto, um debate mais amplo, entre pensadores e gestores de políticas sociais para maior clareza sobre o problema e os meios de enfrentá-lo em todo o mundo.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

A série de informações sobre rendimento domiciliar per capita, divulgada pela PNAD/IBGE, foi disponibilizada pela última vez em 2015. Com base nessa pesquisa, a FAPESPA calculava a taxa de pobreza, o que não foi mais possível a partir de 2016, devido à descontinuidade da informação. Contudo, é possível mensurar a proporção de pessoas nesse grupo a partir dos indivíduos cadastrados no CadÚnico, que declararam ter renda domiciliar per capita inferior a meio salário mínimo, ou seja, abaixo da linha da pobreza.

Neste sentido, ressalta-se que a metodologia da PNADC e do CadÚnico são distintas. Porém, tal mensuração pode ser considerada uma proxy (representação) da taxa de pobreza. Portanto, é importante salientar que os dados disponíveis e apresentados nesta versão do Mapa da Exclusão Social são oriundos do CadÚnico, sistema do Governo Federal que reúne informações socioeconômicas das famílias brasileiras de baixa renda, ou seja, aquelas com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa. Essas informações permitem ao governo conhecer as reais condições de vida da população e, a partir disso, selecionar as famílias para diversos programas sociais. Dessa forma, utilizou-se essa proxy em

substituição à série que sofreu descontinuidade, uma vez que ambas possuem a mesma nomenclatura (proporção de pessoas abaixo da linha da pobreza”) do indicador exigido pela Lei n.º 8.327/2015.

Neste sentido, os dados fornecidos para este Mapa da Exclusão Social sobre a proporção de pessoas no CadÚnico pertencentes a famílias em situação de pobreza, que servem como proxy para a taxa de pobreza, revelam tendências importantes no Brasil, na Região Norte e, especificamente, no Pará, entre 2020 e 2024, como mostra o Gráfico 7.

Em linhas gerais, observa-se que os níveis de pobreza do Pará e Região Norte encontram-se bem elevados, quando comparados à média nacional, especificamente em 2022, em que todas as esferas analisadas apresentaram o aumento da pobreza. Já nos anos de 2023 e 2024, ocorreu uma queda gradual, retornando a patamares próximos ou ligeiramente acima dos níveis de 2020. Isso sugere um impacto significativo de eventos econômicos e sociais em 2022, possivelmente relacionados ao pós-pandemia ou a mudanças nas políticas públicas, seguido por recuperação nos anos subsequentes.



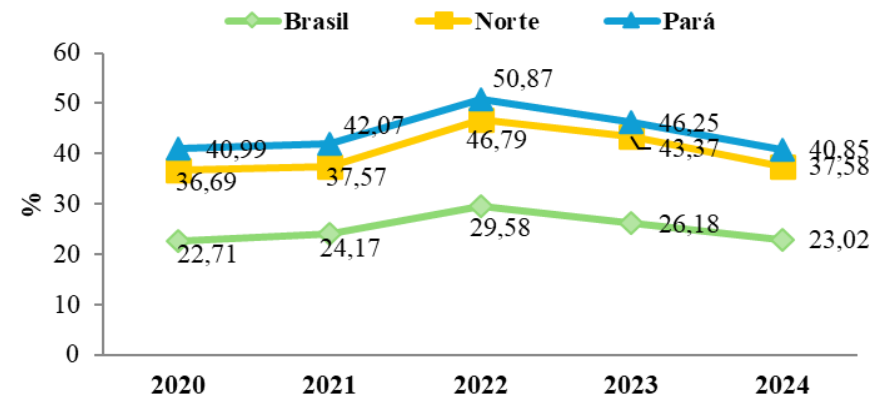
GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Os dados ainda apontam que, no Brasil, a proporção de pessoas em situação de pobreza atingiu seu pico em 2022 (29,58%), caindo para 23,02% em 2024, valor próximo ao de 2020 (22,71%). Na Região Norte, as taxas de pobreza apresentaram-se significativamente mais altas do que a média nacional. Em 2022, a taxa disparou para 46,79%, e, embora tenha diminuído, ainda se manteve elevada (37,58%) em 2024, evidenciando uma persistente vulnerabilidade econômica. O estado do Pará, por sua vez, registrou as maiores taxas de pobreza entre os três recortes geográficos, superando tanto a média nacional quanto a regional. Em 2022, mais da metade de sua população (50,87%) estava em situação de pobreza, um dado alarmante. Embora tenha havido uma redução para 40,85% em 2024, o valor foi praticamente o mesmo em 2020 (40,99%), indicando que o estado permaneceu com um grande desafio a ser superado.

Portanto, os dados evidenciam uma acentuada vulnerabilidade na Região Norte e, em particular, no Pará, com taxas consistentemente elevadas em comparação com a média brasileira. O pico em 2022 e a posterior queda em 2023 e 2024, observados em todas as regiões, podem refletir dinâmicas macroeconômicas ou eficácia de programas de

transferência de renda e políticas de assistência social. No entanto, o Pará e a Região Norte continuam a demandar atenção e políticas públicas focadas para mitigar as altas taxas de pobreza.

Gráfico 7 - Proporção de pessoas no CadÚnico em famílias em situação de pobreza¹ (proxy da taxa de pobreza), no Brasil, Região Norte e Pará (2020-2024).



Fonte: IBGE/MDS-VIS DATA/FAPESPA, 2025.

Elaboração: FAPESPA, 2025.

1 Nota: Ocorreram mudanças metodológicas no sistema VIS-DATA do MDS quanto as faixas de renda das Pessoas e famílias inscritas no Cadastro Único. Para a faixa da Pobreza utilizou-se as faixas 1 e 2 (renda familiar per capita mensal de R\$ 105 até R\$ 218). Os dados Demográficos de 2023 foram estimados pela FAPESPA, com base nos dados estimados pelo IBGE 2012-2021 e o Censo Demográfico de 2022.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Com a utilização da base de informações municipais do sistema do CadÚnico, calculou-se também o indicador por RI, para o período de 2022 e 2024, como mostra a Tabela 6. No estado do Pará, assim como em todas as RIs, houve redução na taxa de pobreza entre os anos de 2022 e 2024.

O estado apresentou uma queda de -19,7% no ano de 2024 em relação a 2022. Já as RIs que registraram as maiores reduções foram: Guajará (-24,96%), Araguaia (22,70%), Guamá (21,93%), Carajás (21,05%) e Tapajós (20,54%).



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Tabela 6 - Proporção de pessoas no CADÚNICO em famílias em situação de pobreza¹ (Proxy da taxa de pobreza) por Região de Integração do estado do Pará (2022-2024).

Estado/RI	População			População Pobre			Taxa de Pobreza (%)		
	Censo 2022	Estimada 2023	Estimada 2024	2022	2023	2024	2022	2023*	2024
Pará	8.120.131	8.207.261	8.664.306	4.130.439	3.795.456	3.539.743	50,87	46,25	40,85
Araguaia	454.710	463.258	476.448	186.022	164.496	150.663	40,91	35,51	31,62
Baixo Amazonas	785.819	790.582	840.015	448.626	421.406	401.485	57,09	53,30	47,79
Carajás	763.106	773.801	831.512	263.470	242.169	226.638	34,53	31,30	27,26
Guajará	1.978.620	1.993.897	2.115.846	770.681	691.712	618.539	38,95	34,69	29,23
Guamá	658.986	665.719	701.081	346.157	309.855	287.530	52,53	46,54	41,01
Lago de Tucuruí	325.528	331.103	339.397	171.439	156.892	143.931	52,66	47,38	42,41
Marajó	557.220	564.150	594.256	446.709	401.715	389.114	80,17	71,21	65,48
Rio Caeté	493.001	497.425	521.239	305.200	279.831	263.129	61,91	56,26	50,48
Rio Capim	619.087	627.088	653.032	334.224	302.418	284.979	53,99	48,23	43,64
Tapajós	250.295	250.978	268.410	119.418	109.613	101.760	47,71	43,67	37,91
Tocantins	841.715	852.911	903.069	514.148	506.453	479.381	61,08	59,38	53,08
Xingu	392.044	396.352	420.001	224.345	208.896	192.594	57,22	52,70	45,86

Fonte: IBGE/MDS-VIS DATA/FAPESPA, 2024.

Elaboração: FAPESPA, 2024.

1 Nota: Ocorreram mudanças metodológicas no sistema VIS-DATA do MDS quanto as faixas de renda das Pessoas e famílias inscritas no Cadastro Único. Para a faixa da Pobreza utilizou-se as faixas 1 e 2 (renda familiar per capita mensal de R\$ 105 até R\$ 210).

2 Nota: Os indicadores para o ano de 2023 foram estimado pela FAPESPA/CES, devido as pesquisas sobre a população, ainda não terem sido disponibilizadas para o ano de 2023, pela equipe da PNADC do IBGE. Também ressalta-se que o lançamento do Censo Demográfico 2022, apresentou uma retração em todas as abrangências observadas em relação a população estimada de 2021, de -4,8% no Brasil, no Pará de -7,5% e na Região Norte de -8,2%.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Figura 3: Evolução da proporção de pessoas abaixo da linha da pobreza, por região de integração, 2023–2024.

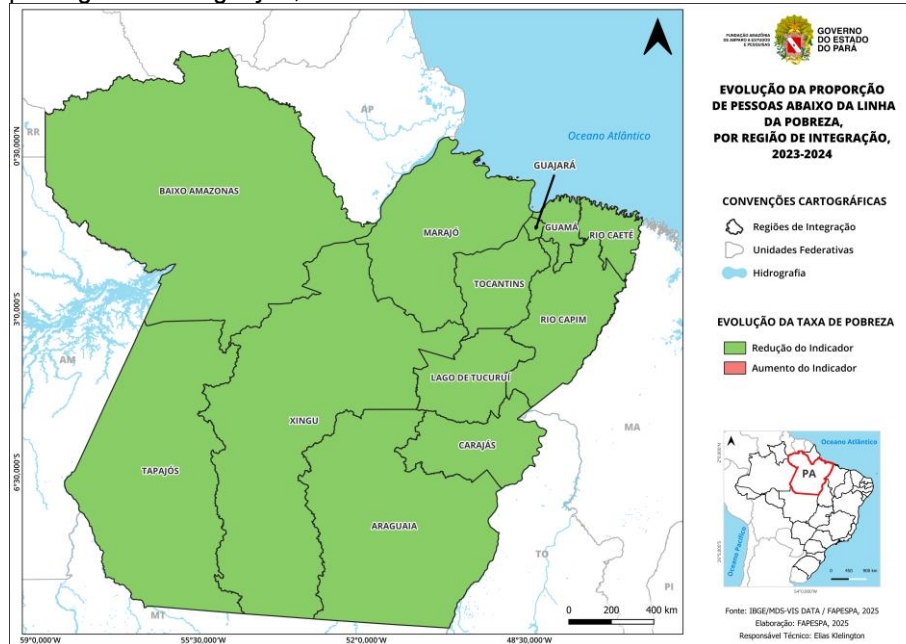
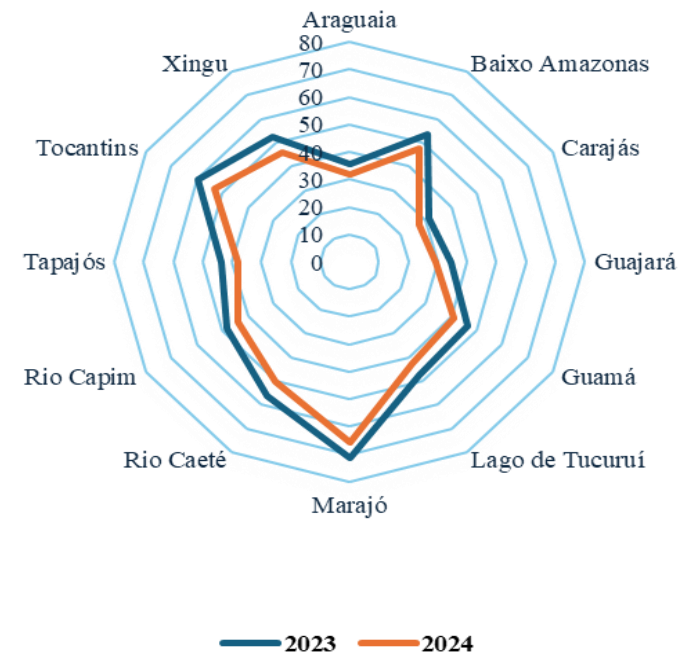


Gráfico 8: Comparação da taxa de pobreza entre as Regiões de Integração, 2023-2024.



Fonte: IBGE/MDS-VIS DATA / FAPESPA, 2024.
Elaboração: FAPESPA, 2025.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

AÇÕES DO GOVERNO – Renda

Com o objetivo de superar as altas taxas de pobreza no estado, o governo tem focado seus esforços em programas de geração de renda, buscando melhorar a capacidade de consumo da população e, assim, impulsionar a economia local.

Como estratégia para enfrentar a problemática das condições de pobreza ainda fortemente presentes no estado, o Poder Executivo estadual tem implementado programas para beneficiar a população mais carente do Pará, como o Programa Estadual Renda Pará, que beneficiou cerca de 520 mil famílias, com investimento de R\$ 52 milhões, e o Programa Vale Gás, que atendeu aproximadamente 50 mil famílias, inseridas no Cadastro Único, totalizando mais de R\$ 17 milhões.

Além disso, outros programas se destacam, como Água Pará, que quitou as contas de abastecimento de água de mais de 380 mil domicílios, e o Bora Belém, cooperação entre o Governo do Pará e a Prefeitura de Belém, que transferiu mais de R\$ 30 milhões para 16 mil famílias em situação de vulnerabilidade social. Já o Programa Recomeçar disponibilizou

um salário-mínimo para 16 mil famílias que tiveram suas residências afetadas por situações de calamidade pública e outros riscos sociais.



4 EDUCAÇÃO

A temática educação é analisada com foco na educação básica, com destaque para o ensino fundamental, ensino médio e ensino superior. Aborda os indicadores: taxa de aprovação, taxa de reprovação, taxa de abandono, taxa de distorção idade-série, taxa de alfabetização de adultos e incremento no ensino superior.

Os indicadores referentes à aprovação, reprovação e abandono escolar estão em conformidade com a metodologia proposta pelo INEP; enquanto alfabetização de adultos e incremento no ensino superior consideram as informações da PNADC/IBGE.

Os dados correspondem aos anos 2023 e 2024 e abrangem as unidades territoriais Brasil, Região Norte, Pará, Regiões de Integração do Pará e Região Metropolitana de Belém (RMB), em consonância com a disponibilidade dos dados.

A evolução dos indicadores, desagregados por RI, pode ser visualizada em figuras, com ilustração em mapas e gráficos no estilo radar, nos quais, quanto mais próximo do zero, menor é o índice.

TAXA DE APROVAÇÃO

A taxa de aprovação indica o percentual de alunos que conseguiram progressão curricular educacional mediante o alcance dos requisitos mínimos exigidos pelo MEC. No Pará, em 2024, esse índice foi de 92,73% no Ensino Fundamental e 98,72% no Ensino Médio. Em relação ao ano anterior, observa-se crescimento de 1,43 p.p. e 0,02 p.p., sequencialmente.

Na desagregação dos dados por RI, no que se refere ao Ensino Fundamental, percebe-se que, em 2024, a maioria das regiões ultrapassaram 90% de aprovação, com exceção das RIs Lago de Tucuruí (86,39%), Marajó (84,85%) e Tocantins (86,9%). Em comparação com o ano anterior, observou-se elevação da taxa, com destaque para a RI Tocantins, com maior variação (1,89 p.p.), seguida da RI Marajó (1,86 p.p.). Somente a RI Guajará apresentou redução na taxa de aprovação do Ensino Fundamental (-0,28 p.p.).



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

No Ensino Médio, predominou a faixa de 98% de aprovação entre as RIs, sendo o maior índice 99,42% (RI Guajará) e o menor 97,46% (RI Araguaia). Todas as regiões cresceram 0,02 p.p. entre 2023 e 2024.

*Nota: salientamos que os dados de 2024 sobre as taxas de rendimento foram estimadas pela FAPESPA, devido à falta de divulgação destes dados pelo INEP.

Tabela 7: Taxas de aprovação (%) nos Ensinos Fundamental e Médio, Pará e Regiões de Integração, 2023–2024.

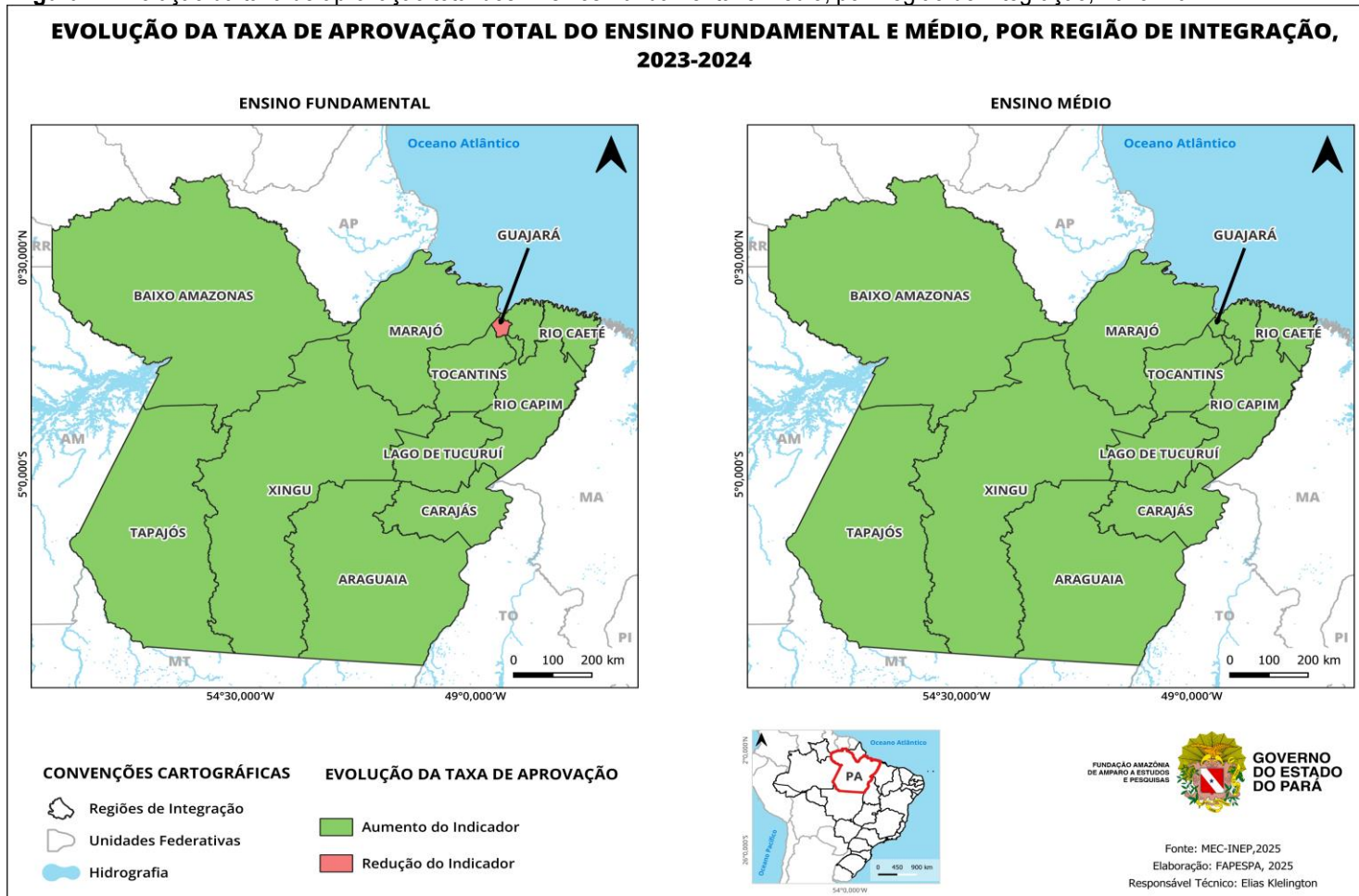
Estado/RI	Ensino Fundamental		Ensino Médio	
	2023	2024*	2023	2024*
Pará	91,30	92,73	98,70	98,72
Araguaia	89,49	91,13	97,44	97,46
Baixo Amazonas	90,81	92,45	98,45	98,47
Carajás	93,42	94,34	99,04	99,06
Guajará	98,72	98,44	99,40	99,42
Guamá	91,11	92,39	98,97	98,99
Lago de Tucuruí	85,03	86,39	98,60	98,62
Marajó	82,99	84,85	98,24	98,26
Rio Caeté	93,05	94,43	98,87	98,89
Rio Capim	91,14	92,69	98,89	98,91
Tapajós	90,15	91,70	98,55	98,57
Tocantins	85,01	86,90	98,67	98,69
Xingu	90,50	91,69	98,79	98,81

Fonte: MEC-INEP, 2025.
Elaboração: FAPESPA, 2025.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Figura 4: Evolução da taxa de aprovação total dos Ensinos Fundamental e Médio, por Região de Integração, 2023–2024.





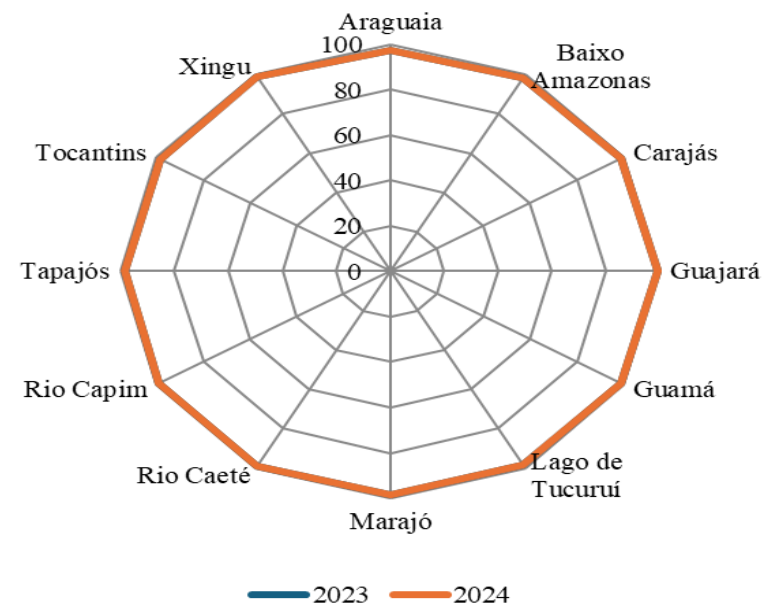
GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Gráfico 9: Comparação da taxa de aprovação total do Ensino Fundamental entre as Regiões de Integração, 2023-2024.



Fonte: MEC-INEP, 2025.
Elaboração: FAPESPA, 2025.
Nota: Salientamos que os dados de 2024 sobre as taxas de rendimento foram estimadas pela FAPESPA, devido à falta de divulgação destes dados pelo INEP.

Gráfico 10: Comparação da taxa de aprovação total do Ensino Médio entre as Regiões de Integração, 2023-2024.



Fonte: MEC-INEP, 2025.
Elaboração: FAPESPA, 2025.
Nota: Salientamos que os dados de 2024 sobre as taxas de rendimento foram estimadas pela FAPESPA, devido à falta de divulgação destes dados pelo INEP.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

TAXA DE REPROVAÇÃO

O indicador taxa de reprovação representa o percentual de alunos que não conseguiram os requisitos mínimos para aprovação e, portanto, deverão repetir a disciplina/série de ensino/ano letivo. No Pará, a taxa de reprovação no Ensino Fundamental se mostrou superior à do Ensino Médio, com diferença de 5,19 p.p. em 2024, quando registraram 6% e 0,81%, respectivamente. O Ensino Fundamental registrou variação positiva de 1% e o Ensino Médio variou negativamente -0,09%.

Considerando as RIs, a taxa de reprovação no Ensino Fundamental, em 2024, foi mais elevada nas RIs Marajó (12,43%), Tocantins (11,2%) e Lago de Tucuruí (10,97%). Já as menores taxas foram registradas nas RIs Guajará (0,94%), Carajás (4,29%) e Rio Caeté (4,6%). Entre 2023 e 2024, houve crescimento de 2 p.p. na RI Baixo Amazonas e diminuição de -1 p.p. nas demais regiões, exceto na RI Guajará, que manteve a mesma taxa (0,94%).

Em relação ao Ensino Médio, destacam-se as RIs Araguaia (1,44%) e Marajó (1,42%) com as maiores taxas de reprovação, enquanto as

menores estiveram nas RIs Guamá (0,4%) e Guajará (0,41%). Todas as regiões apresentaram decréscimo de -0,09 p.p.

Tabela 8: Taxas de reprovação (%) nos Ensinos Fundamental e Médio, Pará e Regiões de Integração, 2023–2024.

Estado/RI	Ensino Fundamental		Ensino Médio	
	2023	2024	2023	2024
Pará	7,00	6,00	0,90	0,81
Araguaia	7,44	6,44	1,53	1,44
Baixo Amazonas	7,91	9,91	1,02	0,93
Carajás	5,29	4,29	0,60	0,51
Guajará	0,94	0,94	0,50	0,41
Guamá	7,47	6,47	0,49	0,40
Lago de Tucuruí	11,97	10,97	0,87	0,78
Marajó	13,43	12,43	1,51	1,42
Rio Caeté	5,60	4,60	0,97	0,88
Rio Capim	7,52	6,52	0,79	0,70
Tapajós	7,22	6,22	1,08	0,99
Tocantins	12,20	11,20	0,75	0,66
Xingu	7,60	6,60	0,84	0,75

Fonte: MEC-INEP, 2025.

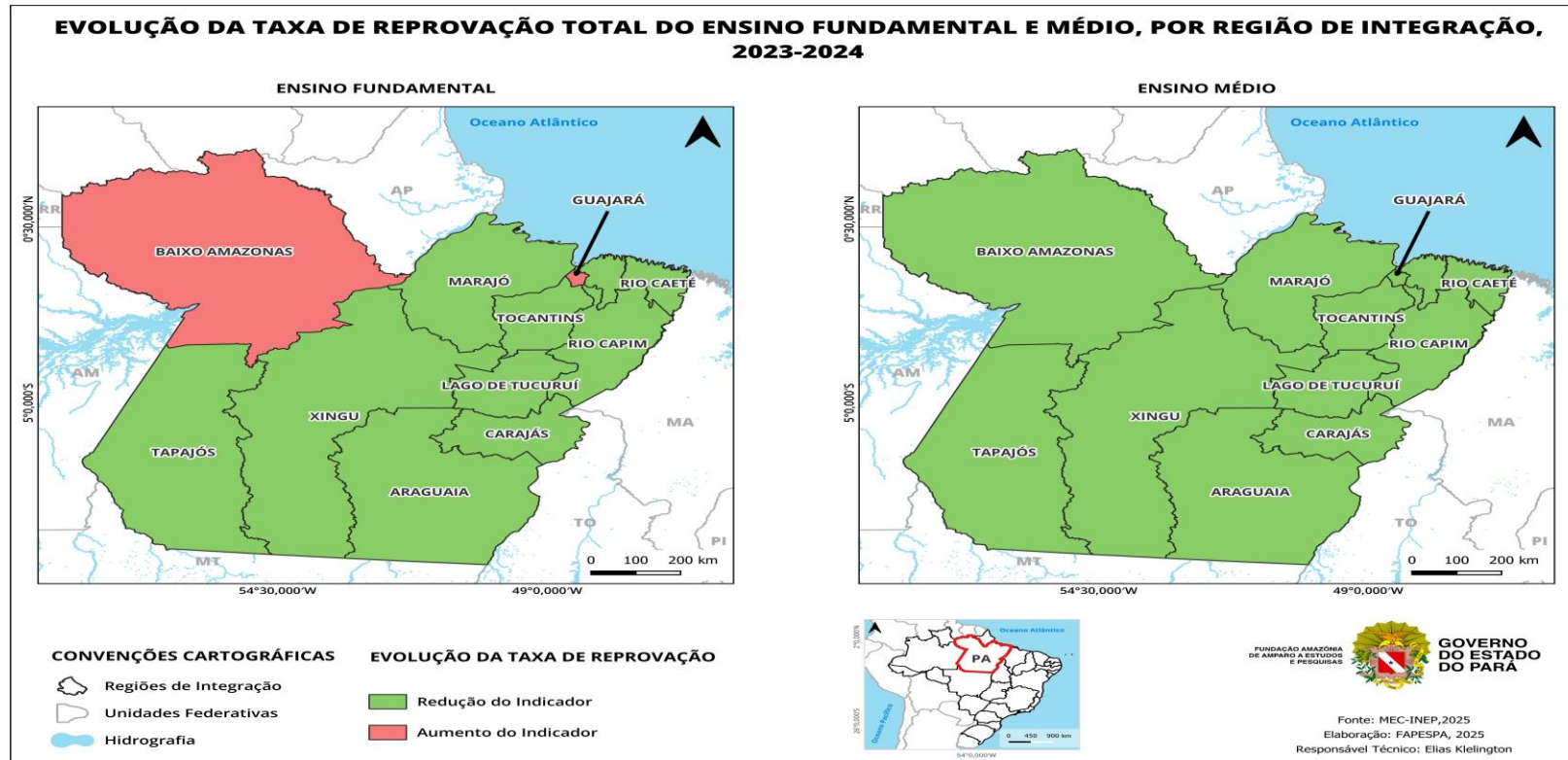
Elaboração: FAPESPA, 2025.

Nota: salientamos que os dados de 2024 sobre as taxas de rendimento foram estimadas pela FAPESPA, devido à falta de divulgação destes dados pelo INEP.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

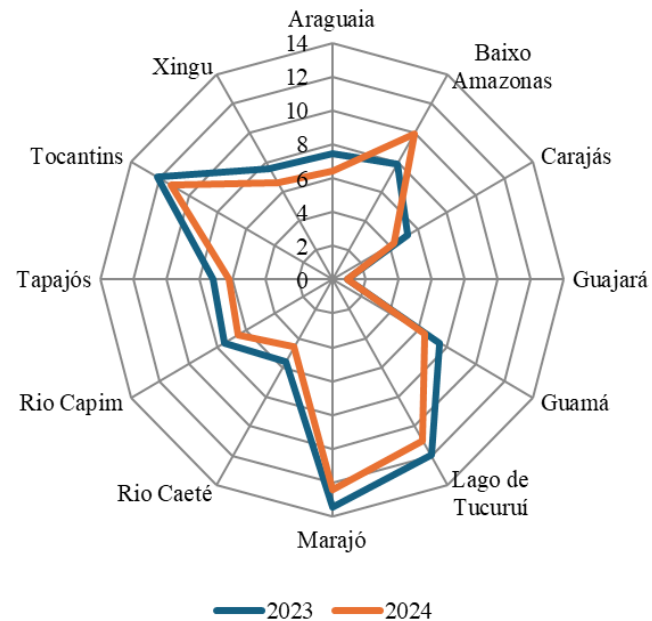
Figura 5: Evolução da taxa de reprovação total dos Ensinos Fundamental e Médio, por Região de Integração, 2023–2024.





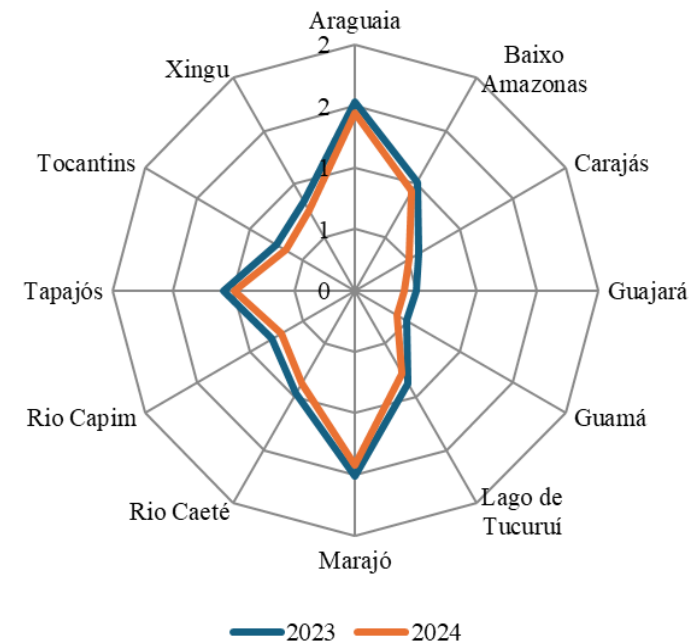
GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Gráfico 11: Comparação da taxa de reprovação total do Ensino Fundamental entre as Regiões de Integração, 2023-2024.



Fonte: MEC-INEP, 2025.
Elaboração: FAPESPA, 2025.
Nota: Salientamos que os dados de 2024 sobre as taxas de rendimento foram estimadas pela FAPESPA, devido à falta de divulgação destes dados pelo INEP.

Gráfico 12: Comparação da taxa de reprovação total do Ensino Médio entre as Regiões de Integração, 2023-2024.



Fonte: MEC-INEP, 2025.
Elaboração: FAPESPA, 2025.
Nota: Salientamos que os dados de 2024 sobre as taxas de rendimento foram estimadas pela FAPESPA, devido à falta de divulgação destes dados pelo INEP.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

TAXA DE ABANDONO

A taxa de abandono diz respeito ao percentual de alunos que desistem ou abandonam os estudos antes de concluir o ano letivo. No Pará, esta taxa também foi mais elevada no Ensino Fundamental, registrando, em 2024, 1,61% no Ensino Fundamental e 0,31% no Ensino Médio, diferença de 1,3 p.p.. Ambas as etapas de ensino tiveram redução de -0,09 p.p. em relação a 2024.

Na distribuição por RI, as maiores taxas de abandono no Ensino Fundamental, em 2024, foram nas RIs Marajó (3,49%) e Araguaia (2,98%), enquanto as menores ocorreram nas RIs Guajará (0,25%) e Baixo Amazonas (1,19%). No Ensino Médio, as RIs Araguaia (0,94%) e Tocantins (0,49%) destacaram-se com as taxas mais elevadas e as mais baixas foram observadas nas RIs Rio Caeté (0,07%) e Marajó (0,17%).

Todas as RIs, nas duas etapas de ensino, tiveram variação de -0,09 p.p. entre 2023 e 2024, considerando a estimativa realizada pela FAPESPA para este último ano, uma vez que os dados ainda não haviam sido divulgados pelo INEP até a conclusão da coleta

para este estudo.

Tabela 9: Taxas de abandono (%) dos Ensinos Fundamental e Médio, Pará e Regiões de Integração, 2023–2024.

Estado/RI	Ensino Fundamental		Ensino Médio	
	2023	2024	2023	2024
Pará	1,70	1,61	0,40	0,31
Araguaia	3,07	2,98	1,03	0,94
Baixo Amazonas	1,28	1,19	0,54	0,45
Carajás	1,29	1,20	0,36	0,27
Guajará	0,34	0,25	0,50	0,41
Guamá	1,42	1,33	0,54	0,45
Lago de Tucuruí	3,00	2,91	0,57	0,48
Marajó	3,58	3,49	0,26	0,17
Rio Caeté	1,35	1,26	0,16	0,07
Rio Capim	1,34	1,25	0,32	0,23
Tapajós	2,63	2,54	0,37	0,28
Tocantins	2,79	2,70	0,58	0,49
Xingu	1,90	1,81	0,37	0,28

Fonte: MEC-INEP, 2025.

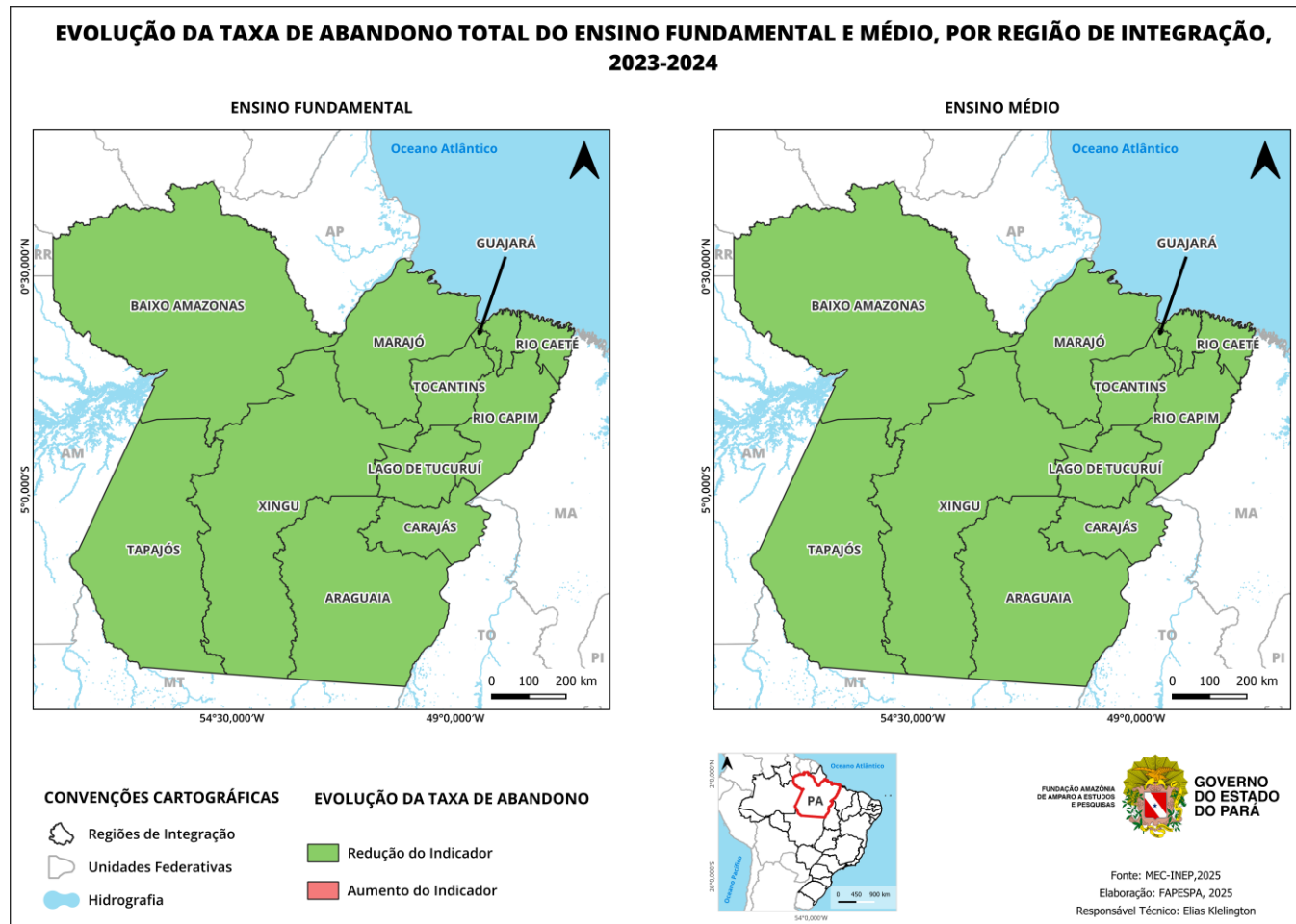
Elaboração: FAPESPA, 2025.

Nota: salientamos que os dados de 2024 sobre as taxas de rendimento foram estimadas pela FAPESPA, devido à falta de divulgação destes dados pelo INEP.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

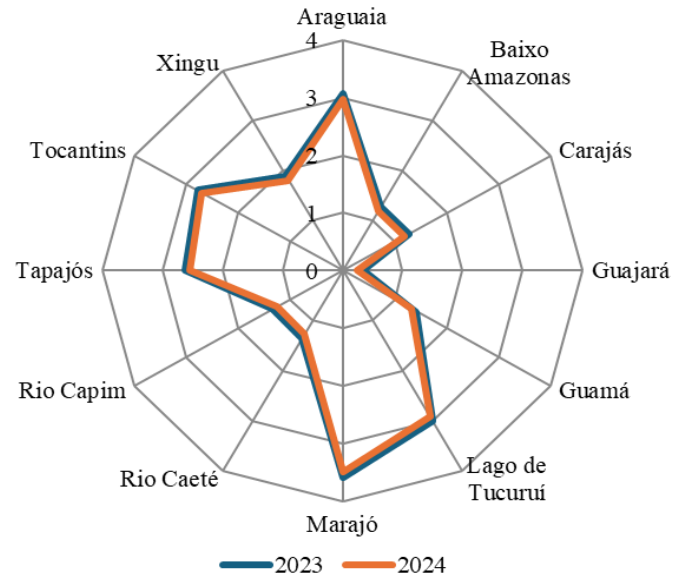
Figura 6: Evolução da taxa de abandono total dos Ensinos Fundamental e Médio, por Região de Integração, 2023–2024.





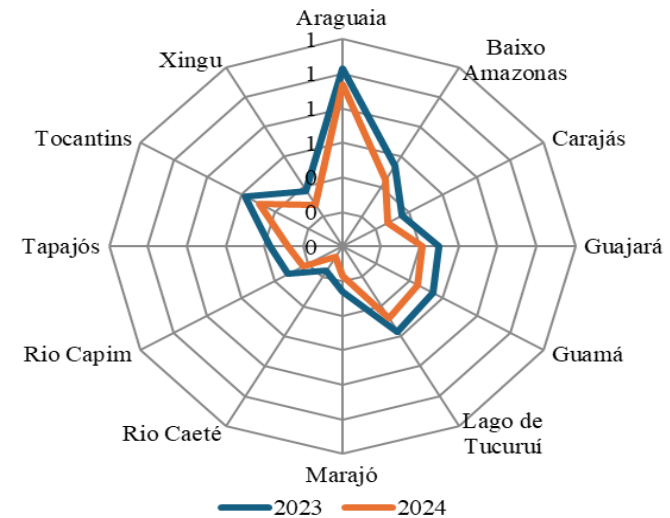
GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Gráfico 13: Comparação da taxa de abandono total do Ensino Fundamental entre as Regiões de Integração, 2023-2024.



Fonte: MEC-INEP, 2025.
Elaboração: FAPESPA, 2025.
Nota: Salientamos que os dados de 2024 sobre as taxas de rendimento foram estimadas pela FAPESPA, devido à falta de divulgação destes dados pelo INEP.

Gráfico 14: Comparação da taxa de abandono total do Ensino Médio entre as Regiões de Integração, 2023-2024.



Fonte: MEC-INEP, 2025.
Elaboração: FAPESPA, 2025.
Nota: Salientamos que os dados de 2024 sobre as taxas de rendimento foram estimadas pela FAPESPA, devido à falta de divulgação destes dados pelo INEP.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

TAXA DE ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS

A pessoa alfabetizada é aquela que tem a habilidade de ler, escrever e interpretar textos simples no idioma que conhece. O número de pessoas nessa condição tem aumentado constantemente em todas as regiões brasileiras. As taxas de alfabetização, em 2024, foram de 94,47% no Brasil, 92,69% no Pará e 97,66% na RMB, demonstrando que a área metropolitana alcançou melhor taxa do que as demais regiões analisadas, podendo estar relacionada à melhor eficiência na aplicação de políticas públicas voltadas para essa demanda educacional. Observa-se ainda elevação nas taxas: de 0,17 p.p no Brasil., 0,09 p.p. no Pará e 0,16 p.p. na RMB (Tabela 10).

Tabela 10: Taxa de alfabetização de adultos com 18 anos de idade ou mais, Brasil, Pará e RMB, 2023–2024.

Nível territorial	2023	2024
Brasil	94,30	94,47
Pará	92,60	92,69
RMB	97,50	97,66

Fonte: IBGE-PNADC, 2025.

Elaboração: FAPESPA, 2025.

Nota: os dados de 2024 são estimativas feitas pela FAPESPA, devido a PNADC não apresentar dados de 2024. Outra informação importante para se destacar é o fato de que estes dados foram encontrados a partir do complemento da tabela 7113 - PNADC 2023, atualizada em 12/05/2025.

DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE

A distorção idade-série ocorre quando o aluno está cursando série/ano abaixo do que é recomendado para sua idade. Pode estar relacionada ao ambiente escolar ou à política educacional adotada, mas também a fatores externos, como dificuldade de aprendizagem, estrutura familiar fragilizada ou ainda contextos socioeconômicos diversos.

Trata-se de uma problemática no meio educacional e social, podendo ocasionar evasão e abandono escolar, aumento da exclusão social no mercado de trabalho e impacta no desenvolvimento social devido ao baixo nível de instrução.

Considerando a taxa de distorção idade-série dos Ensinos Fundamental e Médio no Pará e em suas Regiões de Integração, conforme a Tabela 11, pode-se observar que, em 2024, a taxa no Pará para o Ensino Fundamental (21,50%) foi menor que a do Ensino Médio (31,1%). Em relação a 2023, ambas apresentaram diminuição no índice, com retração de -1,5 p.p e -1,2 p.p., na mesma ordem.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Em relação às RIs, em 2024, o Ensino Fundamental obteve as maiores taxas nas RIs Marajó (33%) e Tocantins (27,1%), enquanto as menores ocorreram em Guajará (14,1%) e Araguaia (19,2%). No Ensino Médio, os maiores índices também foram registrados em Marajó (43,4%) e Tocantins (39,1%), enquanto os menores estiveram igualmente em Guajará (27,8%) e Araguaia (31,1%).

Destaca-se ainda que, em todas as 12 RIs, ocorreu diminuição das taxas nas duas categorias de ensino, com destaque para a maior variação negativa no Fundamental para a RI Araguaia (-4,91 p.p.) e no Médio para a RI Tocantins (-3,45 p.p.).

Guamá	24,05	22,50	36,91	35,60
Lago de Tucuruí	27,84	27,00	37,46	35,10
Marajó	34,34	33,00	43,66	43,40
Rio Caeté	22,35	20,70	38,00	37,20
Rio Capim	23,47	21,50	37,27	34,90
Tapajós	25,48	23,70	39,32	36,40
Tocantins	28,49	27,10	42,55	39,10
Xingu	25,77	24,30	33,41	32,30

Fonte: MEC-INEP, 2025.
Elaboração: FAPESPA, 2025.

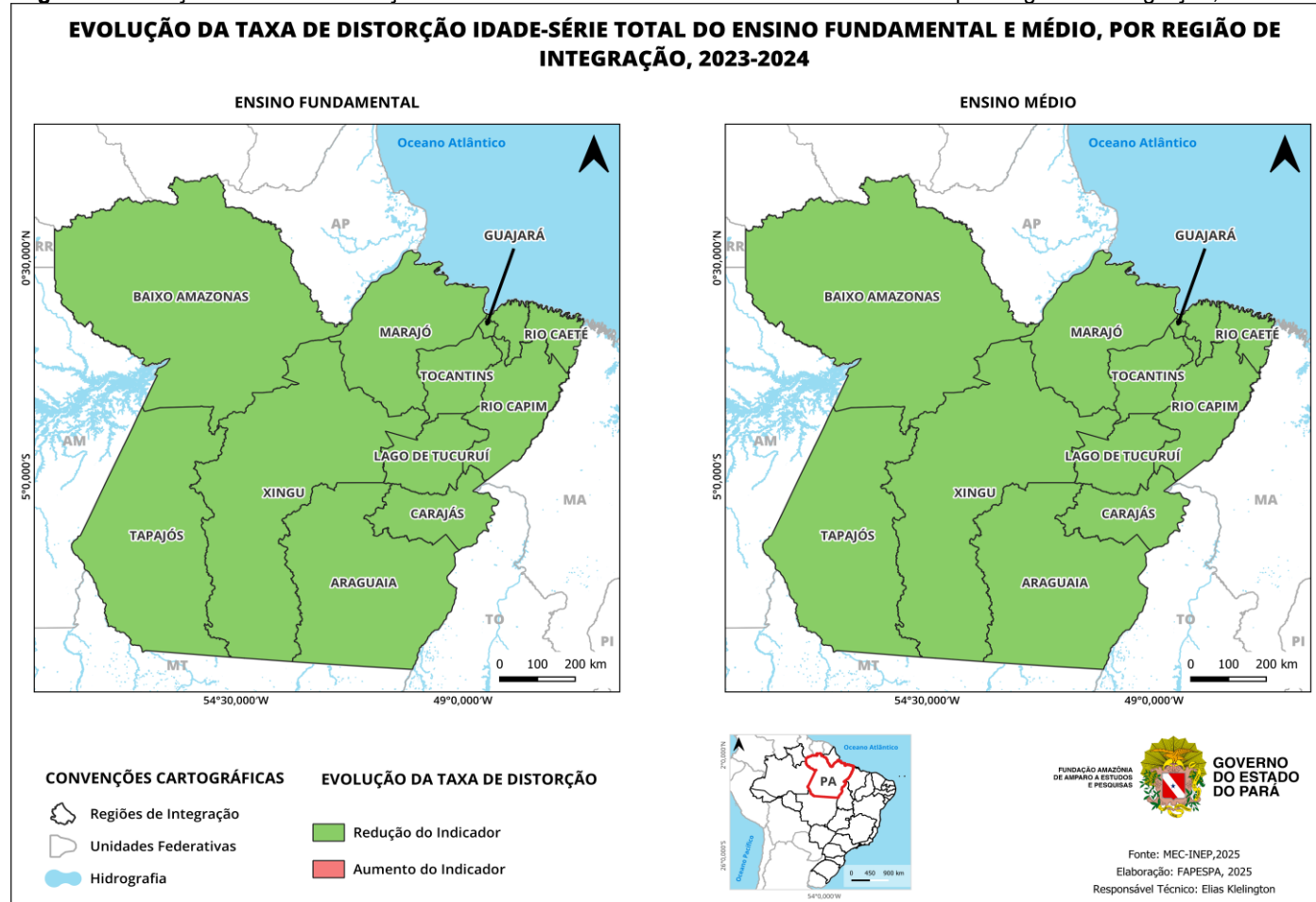
Tabela 11: Taxa de distorção idade-série (%) dos Ensinos Fundamental e Médio do estado do Pará e Regiões de Integração, 2023 – 2024.

ESTADO/RI	Ensino Fundamental		Ensino Médio	
	2023	2024	2023	2024
Pará	23,00	21,50	32,30	31,10
Araguaia	24,11	19,20	34,52	31,40
Baixo Amazonas	20,10	19,30	32,37	31,10
Carajás	20,97	19,30	35,00	33,00
Guajará	16,38	14,10	28,00	27,80



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

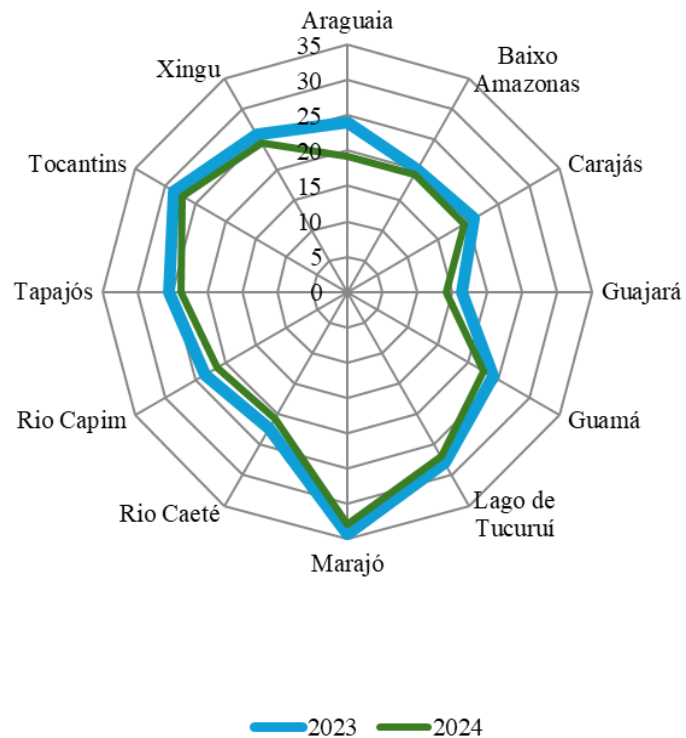
Figura 7: Evolução da taxa de distorção idade-série total dos Ensinos Fundamental e Médio por Região de Integração, 2023–2024.





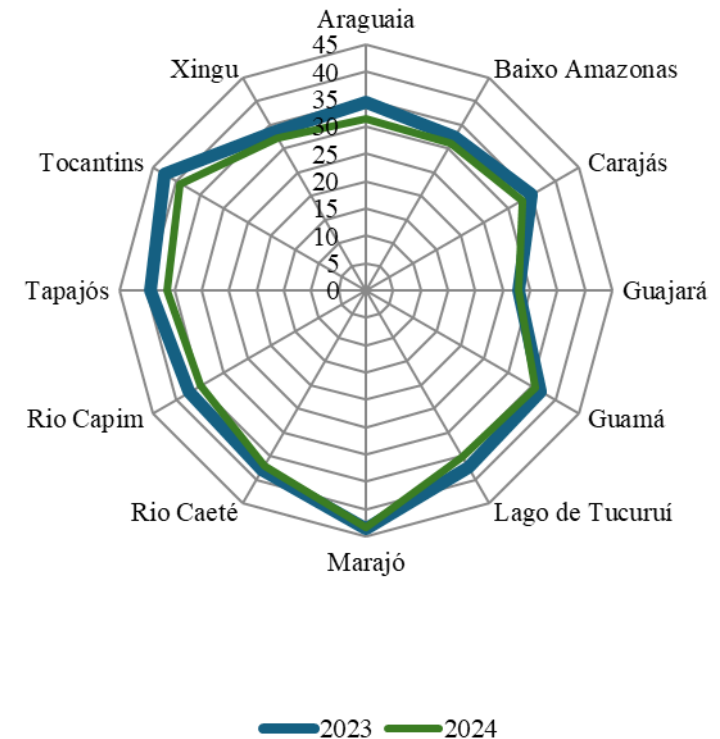
GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Gráfico 15: Comparação da distorção idade-série total do Ensino Fundamental entre as Regiões de Integração, 2023-2024.



Fonte: MEC-INEP, 2025.
Elaboração: FAPESPA, 2025.

Gráfico 16: Comparação da Distorção Idade-série Total do Ensino Médio Total entre as Regiões de Integração 2023-2024.



Fonte: MEC-INEP, 2025.
Elaboração: FAPESPA, 2025.

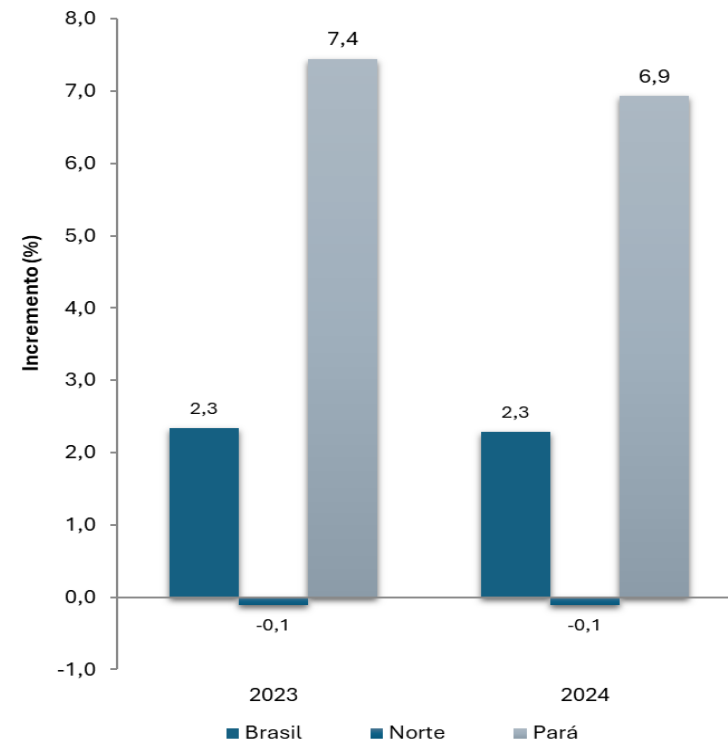


GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

INCREMENTO DE ESTUDANTES NO ENSINO SUPERIOR

O Pará registrou incremento de 6,9% de estudantes no Ensino Superior, em 2024, índice superior ao da Região Norte (-0,1%) e do Brasil (2,3%). Em comparação com o ano anterior, o estado registrou 7,4%, portanto, sofreu variação de -0,5 p.p. Os demais territórios não tiveram alteração no indicador (Gráfico 17).

Gráfico 17: Incremento (%) de estudantes do Ensino Superior, no Brasil, Região Norte e Pará – 2023 e 2024.



Fonte: IBGE-PNADC/FAPESPA, 2025.
Elaboração: FAPESPA, 2025.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

AÇÕES DO GOVERNO – Educação

Dentre as ações governamentais no âmbito educacional, destacam-se: o Programa Dinheiro na Escola, com repasse de R\$ 90 milhões para incentivo de permanência do aluno; o Programa Busca Ativa, realizado em conjunto com o UNICEF, também voltado para incentivar a permanência escolar; o Programa Bora Estudar, que atendeu 17 mil alunos com incentivo de créditos de R\$ 10 mil reais; o Programa Pé de Meia, que contribui para a continuidade educacional; o Programa Alfabetiza Pará, que apoia os municípios no desenvolvimento da habilidade da leitura e conseguiu dobrar o percentual de crianças leitoras, passando de 21% para 48%; o Programa Creches por Todo o Pará, que já concluiu três creches em Ananindeua, Benevides e Oriximiná, e está investindo na construção de mais 148 creches; a ampliação do ensino integral com abertura de 33 novas escolas e 35,9 mil vagas; e a expansão de 26 mil novas vagas em escolas tecnológicas;

Foram construídas 29 escolas da rede estadual de educação básica, em 10 RIs. Além disso, o primeiro Centro de Inovação e

Sustentabilidade da Educação Básica foi implantado em Belém, na escola Estadual Marechal Cordeiro de Farias. Ademais, foram entregues novos equipamentos e mobílias a 975 unidades escolares;

Na Educação Superior, o governo investiu cerca de R\$ 100 milhões; ampliou as políticas de cotas para inclusão de quilombolas, indígenas e pessoas com deficiência nos processos seletivos, por meio da aprovação da Resolução UEPA nº 4152/2024; concluiu a formação de 600 alunos de diversos municípios pelo Programa Forma Pará; e contemplou 939 alunos na educação à distância (EAD).



5 SAÚDE

A temática saúde é abordada neste Mapa da Exclusão Social do Pará a partir dos seguintes indicadores: 1) cobertura por equipe Estratégia Saúde da Família; 2) leitos de internação hospitalar; 3) taxa de mortalidade infantil; 4) taxa de mortalidade materna; e 5) proporção de nascidos vivos de mães com sete ou mais consultas de pré-natal. Tais indicadores serão referenciados ao estado do Pará e suas Regiões de Integração (RIs), considerando o período de 2020 a 2024.

No contexto da saúde estadual, as políticas voltadas para saúde estão alinhadas às diretrizes das Regiões de Saúde¹ no Pará. O estado possui 13 Regiões de Saúde e quatro Macrorregiões de Saúde², das quais

¹ Previstas na legislação nacional a partir do Decreto no 7.508, de 2011, e da Resolução nº 1, de 2011, que define Região de Saúde como “espaço geográfico contínuo constituído por agrupamento de municípios limítrofes, delimitado a partir de identidades culturais, econômicas e sociais e de redes de comunicação e infraestrutura de transportes compartilhados, com a finalidade de integrar a organização, o planejamento e a execução de ações e serviços de saúde”, devendo ser instituídas pelo Estado em articulação com os municípios.

² Macrorregiões de Saúde: estabelecidas pela CIT, por meio da Resolução nº 1, de 29 de setembro de 2011, e em conformidade com o Decreto 7.508, de 28 de junho de 2011. São

se enfatiza que não possuem, fundamentalmente, delimitações geográficas equivalentes às das 12 Regiões de Integração³.

Portanto, esses espaços geográficos são usados como referência para construção e aplicabilidade do PPA do estado e do Mapa da Exclusão Social do Pará. Em linhas gerais, qual seja a delimitação utilizada, todas contribuem para análise estatística de políticas e ações sociais implementadas, uma vez que convergem na intenção de redução das desigualdades e iniquidades sociais e regionais.

COBERTURA POR EQUIPE ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA

A Estratégia Saúde da Família - ESF é um exemplo inovador com o objetivo de colocar a saúde no centro das necessidades da pessoa, da

formadas por municípios fronteiriços que compartilham identidades culturais, econômicas e sociais, redes de comunicação e infraestrutura de transportes. A finalidade dessas regiões é integrar a organização, o planejamento e a execução de ações e serviços de saúde.

³ Definidas como “espaços com semelhanças de ocupação, nível social e dinamismo econômico, cujos municípios mantêm integração física e econômica” (Resolução nº 002/2004).



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

família e do território. Seu papel é fundamental na reorganização da Atenção Primária à Saúde - APS em todo o território nacional e está alinhado aos princípios do Sistema Único de Saúde - SUS. Portanto, o indicador taxa de cobertura populacional estimada, por Estratégia Saúde da Família avalia a cobertura das equipes da atenção básica de saúde para a população residente de um determinado território.

O Ministério da Saúde, juntamente com os gestores estaduais e municipais, reconhece a importância da ESF, dando prioridade na expansão, qualificação e consolidação da atenção primária, possibilitando uma reorientação no processo de trabalho, com grande potencial para fortalecer o cuidado. Além de ampliar a resolutividade e gerar impactos positivos na saúde das pessoas e comunidades, a ESF se destaca pela sua eficácia e pela excelente relação custo-benefício no contexto da saúde pública (BRASIL, 2011).

Os dados na Tabela 12 apresentam a taxa de cobertura populacional estimada, por Estratégia Saúde da Família, referentes aos anos de 2023 e 2024 para o Pará e suas Regiões de Integração. Nesse

período, o estado do Pará apresentou aumento de 0,83 p.p. na taxa de cobertura populacional da Atenção Primária à Saúde (APS).

Quanto às taxas de cobertura por Região de Integração, houve o aumento em cinco das 12 Regiões de Integração, sendo elas: Baixo Amazonas (12,78 p.p.), Marajó (7,65 p.p.), Lago de Tucuruí (2,75 p.p.), Guajará (2,67 p.p.) e Tocantins (0,15 p.p.). Em contrapartida, as demais regiões apresentaram redução em suas taxas, sendo: Carajás (-8,6 p.p.), Guamá (-4,44 p.p.), Araguaia (-2,92 p.p.), Xingu (-2,89 p.p.), Rio Caeté (-1,62 p.p.), Rio Capim (-0,50 p.p.) e Tapajós (-0,26 p.p.).

Tabela 12 - Taxa de cobertura populacional da Atenção Primária à Saúde, no estado do Pará e Regiões de Integração (2023 – 2024).

ESTADO/RI	Taxa de cobertura (%)	
	2023	2024*
Pará	75,85	76,68
Araguaia	98,49	95,57
Baixo Amazonas	69,15	81,93
Carajás	85,79	77,21
Guajará	53,61	56,28
Guamá	94,92	90,48
Lago de Tucuruí	85,02	87,77
Marajó	59,92	67,57
Rio Caeté	100,20	98,58



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Rio Capim	86,07	85,57
Tapajós	79,67	79,41
Tocantins	77,79	77,94
Xingu	84,82	81,93

Fonte: MS-SAPS, 2024.

Elaboração: FAPESPA, 2024.

*Nota: resultado preliminar para o ano de 2024. Sujeito a alterações.

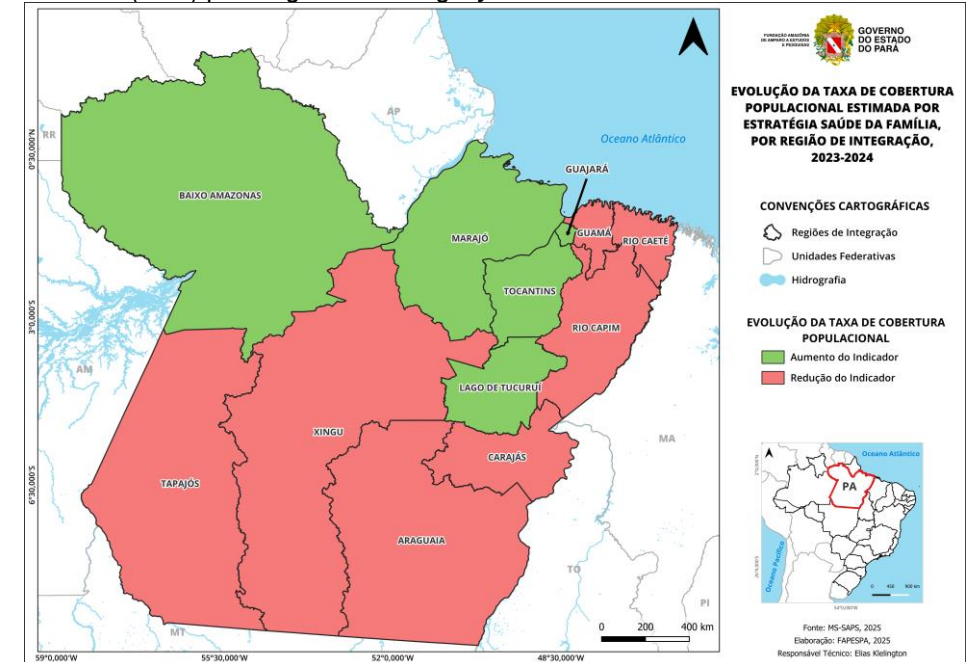
Nota1: a partir de 2021, passou a se utilizar nova metodologia, em que se calcula a cobertura da Atenção Primária à Saúde. Para o cálculo da cobertura da APS, usa-se, no numerador, a população cadastrada pelas equipes da Estratégia Saúde da Família e da Atenção Primária (eAP), financiadas pelo Ministério da Saúde, enquanto no denominador, a estimativa populacional.

Nota 2*: os dados populacionais de 2023* estão pautados em estimativas feitas pela FAPESPA, devido o IBGE não ter divulgado as estimativas neste ano.

Nota 3: o município de Oeiras do Pará passou a compor a Região de Integração Marajó a partir do Decreto 2.129, de 20 de janeiro de 2022.

A seguir, o Gráfico 18 apresenta o crescimento nas taxas de cobertura populacional da Atenção Primária à Saúde em cinco das 12 Regiões de Integração do estado do Pará entre 2023 e 2024. Ademais, a Figura 8 apresenta a evolução desse indicador no estado no mesmo período.

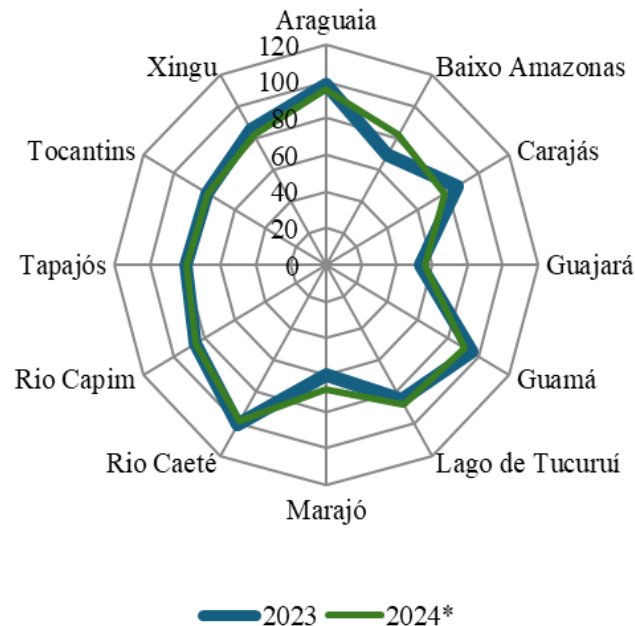
Figura 8: Evolução da taxa de cobertura populacional da Atenção Primária à Saúde (APS) por Regiões de Integração 2023-2024.





GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Gráfico 18: Comparação da taxa de cobertura populacional da Atenção Primária à Saúde (APS) entre as Regiões de Integração 2023-2024.



Fonte: MS-SAPS, 2025.

Elaboração: FAPESPA, 2025.

Nota: O município de Oeiras do Pará passa a compor a Região de Integração Marajó a partir do Decreto 2.129 de 20 de janeiro de 2022.

LEITOS DE INTERNAÇÃO HOSPITALARES

O índice de leitos de internação hospitalar disponibilizados pelo SUS (por mil habitantes), que indica a oferta de leitos em hospitais públicos no estado, apresentou queda, chegando a 1,48 leito por mil habitantes no estado em 2024. Em 2023, esse número era de 1,53 leito por mil habitantes. Em relação às Regiões de Integração, a maioria registrou queda no índice, exceto Lago de Tucuruí, com 1,56 leito por mil habitantes em 2024.

A importância da gestão de leitos de internação hospitalar reside na garantia do acesso oportuno ao tratamento médico apropriado, assim como na otimização da gestão de recursos e na qualidade do atendimento aos pacientes. Além disso, o monitoramento contínuo deste indicador permite que as autoridades de saúde identifiquem áreas prioritárias, ajustem políticas de alocação de recursos e promovam melhorias na capacidade de resposta do sistema de saúde diante de contingências imprevistas.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Tabela 13 - Leitos de internação hospitalar (por mil habitantes) do SUS, no estado do Pará e Regiões de Integração (2023 – 2024).

ESTADO/RI	Leitos SUS por 1.000 habitantes	
	2023	2024*
Pará	1,53	1,48
Araguaia	2,41	2,35
Baixo Amazonas	1,25	1,21
Carajás	1,05	1,01
Guajará	1,93	1,89
Guamá	1,55	1,50
Lago de Tucuruí	1,51	1,56
Marajó	1,00	0,96
Rio Caeté	1,66	1,59
Rio Capim	1,45	1,37
Tapajós	1,47	1,33
Tocantins	1,11	1,05
Xingu	1,56	1,52

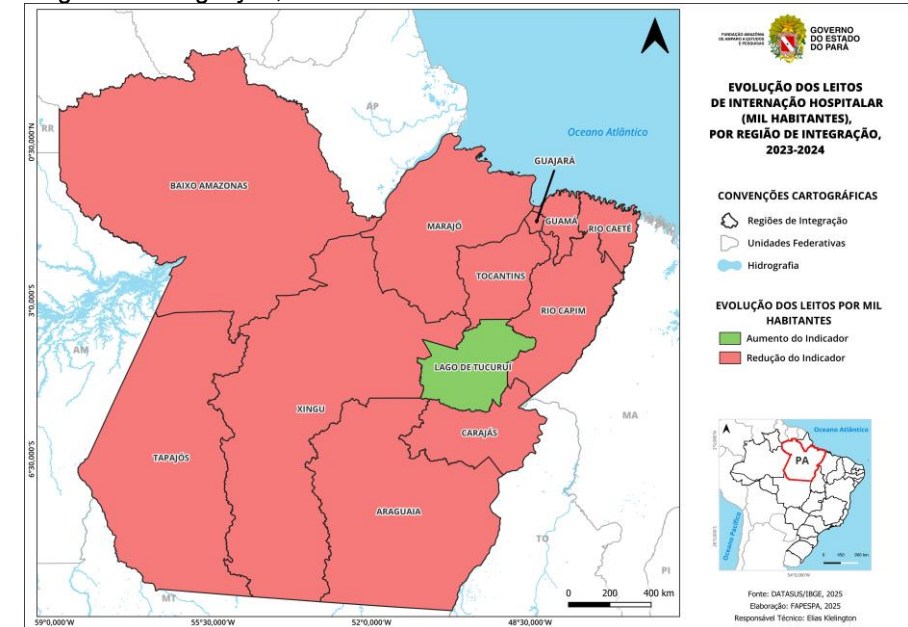
Fonte: DATASUS/IBGE, 2024.

Elaboração: FAPESPA, 2024.

Nota: o município de Oeiras do Pará passou a compor a Região de Integração Marajó a partir do Decreto 2.129, de 20 de janeiro de 2022. Para 2021, a população considerada para o município de Jacareacanga, na RI Tapajós, foi de 41.487 habitantes. Para o ano de 2022, foi utilizada a população divulgada na prévia do Censo 2022.

*Nota: resultado preliminar para o ano de 2024. Sujeito a alterações.

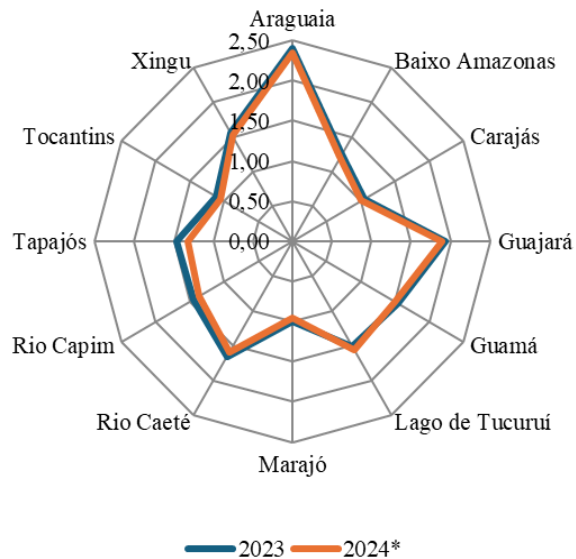
Figura 9: Evolução dos leitos de internação hospitalar SUS (Mil Hab.) por Região de Integração, 2023–2024.





GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Gráfico 19: Comparação dos leitos de internação hospitalares SUS (Mil Hab.) entre as Regiões de Integração, 2023-2024.



Fonte: DATASUS/IBGE, 2025.
Elaboração: FAPESPA, 2025.

TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL

O indicador taxa de mortalidade infantil é composto pelo número de óbitos de menores de um ano de idade, relativizado por mil nascidos vivos,

de acordo com a população residente em determinado ano. A interpretação deste indicador é baseada no risco de morte das crianças em seu primeiro ano de vida, bem como nas condições de desenvolvimento socioeconômico e de infraestrutura, qualidade da saúde materna e infantil, dentre outros. Essa taxa compreende a soma dos óbitos ocorridos nos períodos neonatal precoce (0 a 6 dias de vida), neonatal tardio (7 a 27 dias) e pós-neonatal (28 dias ou mais).

A redução da mortalidade infantil é um dos objetivos mais relevantes nas políticas públicas de saúde, pois tem impacto não somente no estado de saúde das crianças, mas também no desenvolvimento socioeconômico de uma nação. Neste sentido, as taxas mais baixas de mortalidade infantil estão associadas a melhorias na infraestrutura da saúde, educação materna, nutrição infantil, acesso à água potável e saneamento básico.

Este indicador vai além da simples contagem de vidas perdidas precocemente: ele funciona como um termômetro do desenvolvimento social e econômico, mostrando o impacto das ações de saúde pública e da



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

garantia de acesso justo a serviços de saúde fundamentais para mães e crianças.

Os dados preliminares para o ano de 2024 apontaram pequeno crescimento da mortalidade infantil no estado do Pará em relação a 2023, saindo de 14,95 em 2023 para 15,22 em 2024, conforme a Tabela 14.

Em relação ao ranking das taxas registradas nas RIs, considerando o ano de 2024, as regiões que apresentaram as maiores taxas de mortalidade foram: RI Tapajós (22,04), Baixo Amazonas (16,74) e Marajó (16,18).

Tabela 14: Taxa de mortalidade infantil (menores de 01 ano, por mil nascidos vivos), no estado do Pará e Regiões de Integração, 2023 – 2024.

ESTADO/RI	Taxa de mortalidade infantil	
	2023	2024*
Pará	14,95	15,22
Araguaia	16,93	15,22
Baixo Amazonas	16,86	16,74
Carajás	14,39	15,64
Guajará	14,45	15,80
Guamá	15,03	14,55

Lago de Tucuruí	14,11	13,37
Marajó	15,48	16,18
Rio Caeté	12,71	15,05
Rio Capim	12,28	13,15
Tapajós	21,04	22,04
Tocantins	15,68	13,72
Xingu	11,97	11,57

Fonte: SESPA, 2025.

Elaboração: FAPESPA, 2025.

*Nota: resultado preliminar para o ano de 2024. Sujeito a alterações.

Nota 2: o município de Oeiras do Pará passou a compor a Região de Integração Marajó a partir do Decreto 2.129, de 20 de janeiro de 2022.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Figura 10: evolução da taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) por Região de Integração, 2023-2024.

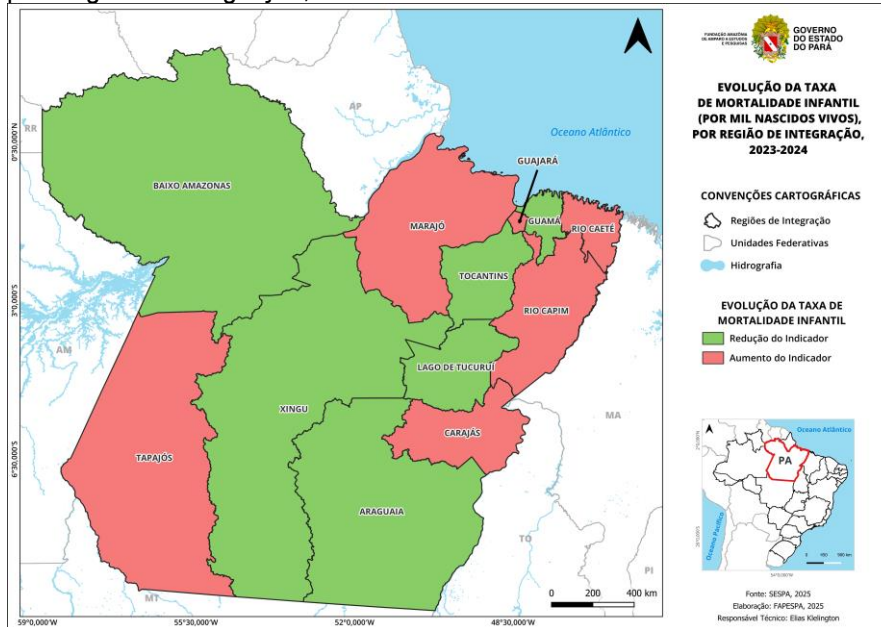
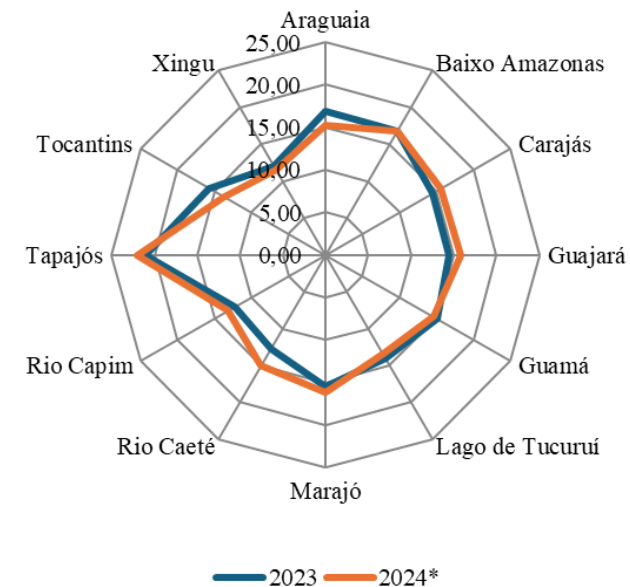


Gráfico 20: Comparação taxa de mortalidade infantil entre as Regiões de Integração 2023-2024.





GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

TAXA DE MORTALIDADE MATERNA

A taxa de mortalidade materna é um dado fundamental para a saúde pública. Ela nos permite quantificar o número de mulheres que morreram por complicações ligadas à gravidez, parto ou período pós-parto a cada 100 mil nascidos vivos, normalmente em um ano. Este indicador é importante para avaliar a eficiência das políticas voltadas para a saúde da mulher, identificar regiões ou grupos com maior risco e direcionar ações e investimentos para diminuir o número de mortes. O grande propósito é reduzir essas mortes, garantindo assim mais saúde e bem-estar para as mulheres.

De acordo com a Tabela 15, a taxa de mortalidade materna, em 2024, caiu de 65,98 óbitos maternos em 2023 para 61,02 a cada 100 mil nascidos vivos no estado, ou seja, ocorreu uma variação negativa equivalente a -7,52%.

Em relação aos dados apresentados por Região de Integração, a Tabela 15 mostrou que, em sete regiões, houve aumento na taxa de mortalidade materna: Carajás, que apresentou crescimento de 111,82%; Rio Capim, com 76,92%; Baixo Amazonas, com 72,13%; Guamá, com

58,06%; Lago de Tucuruí, com 36,97%; Araguaia, com 27,24%; e Xingu, com 4,57%.

Em contrapartida, em cinco das 12 RIs, ocorreu redução na taxa de mortalidade materna: Tocantins, que apresentou diminuição equivalente a -80,41%; Marajó, com -58,4%; Tapajós, com -28,58%; Rio Caeté, com -14,53%; e Guajará, com -12,06%.

Tabela 15 - Taxa de mortalidade materna (por 100 mil nascidos vivos) no estado do Pará e Regiões de Integração (2023–2024).

ESTADO/RI	Óbito materno por 100 mil nascidos vivos	
	2023	2024*
Pará	65,98	61,02
Araguaia	67,72	86,17
Baixo Amazonas	68,25	117,48
Carajás	22,84	48,38
Guajará	45,93	40,39
Guamá	44,54	70,40
Lago de Tucuruí	76,26	104,45
Marajó	112,41	46,76
Rio Caeté	69,05	59,02
Rio Capim	31,76	56,19
Tapajós	140,29	100,20



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Tocantins	120,07	23,52
Xingu	45,47	47,55

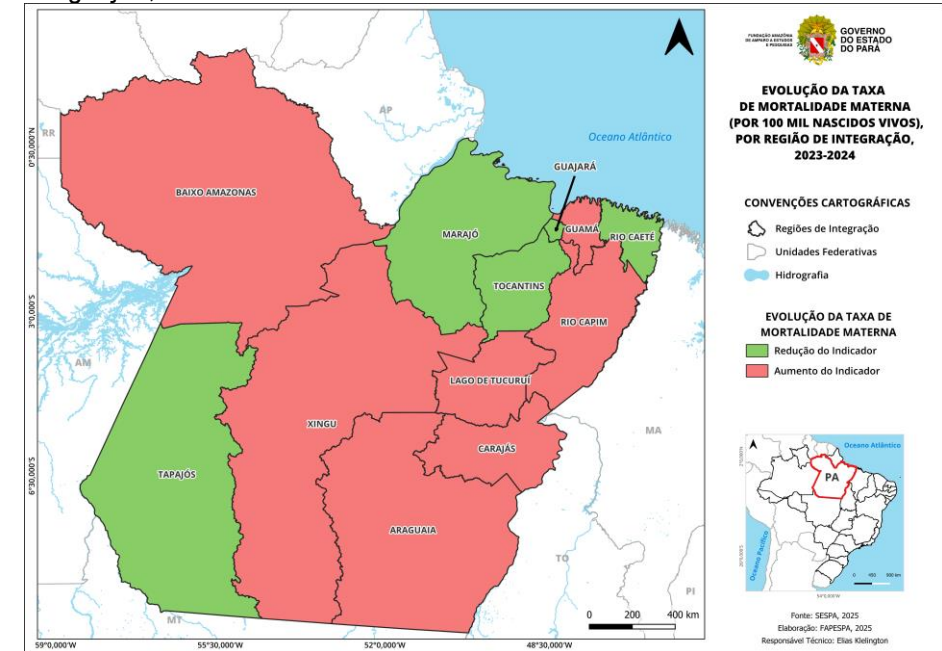
Fonte: SESPA, 2025.

Elaboração: FAPESPA, 2025.

*Nota: resultado preliminar para o ano de 2024. Sujeito a alterações.

Nota 2: o município de Oeiras do Pará passou a compor a Região de Integração Marajó a partir do Decreto 2.129, de 20 de janeiro de 2022.

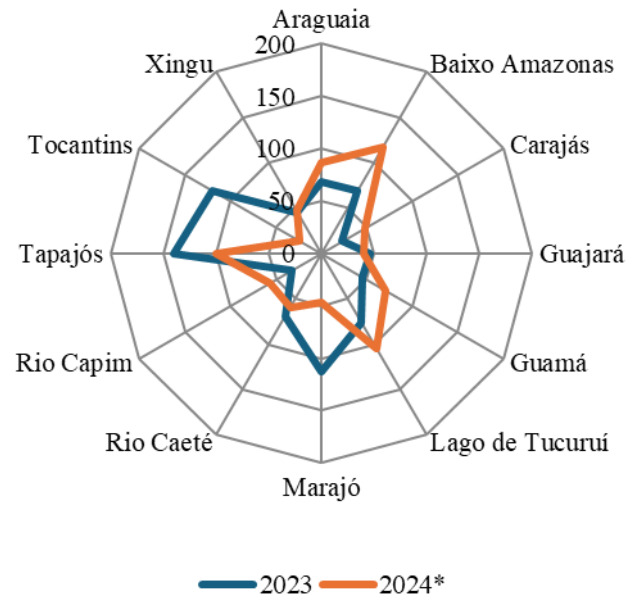
Figura 11: Evolução da taxa de mortalidade materna por Região de Integração, 2023–2024.





GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Gráfico 21: Comparação da taxa de mortalidade materna entre as Regiões de Integração 2023-2024*.



Fonte: SESPA, 2025.

Elaboração: FAPESPA, 2025.

*Nota: Resultado Preliminar para o ano de 2024. Sujeito a alterações.

Nota 2: O município de Oeiras do Pará passa a compor a Região de Integração Marajó a partir do Decreto 2.129 de 20 de janeiro de 2022.

PROPORÇÃO DE NASCIDOS VIVOS DE MÃES COM SETE OU MAIS CONSULTAS DE PRÉ-NATAL

A proporção de nascidos vivos de mães que tiveram sete ou mais consultas de pré-natal é um indicador relevante sobre a qualidade do cuidado oferecido às gestantes. Um acompanhamento pré-natal mais completo está associado a maiores chances de orientação sobre vida saudável, alimentação adequada, prevenção de doenças e detecção precoce de problemas. Tudo isso ajuda a diminuir as complicações durante a gravidez, o parto e depois que o bebê nasce. Esse indicador também é uma ferramenta essencial para guiar políticas e programas que visam melhorar a saúde tanto das gestantes quanto dos recém-nascidos.

Em vista disso, na Tabela 16, observa-se que, em 2024, o Pará apresentou um aumento de 3,85% na proporção de nascidos vivos de mães com sete ou mais consultas de pré-natal em comparação ao ano de 2023. Na comparação entre 2023 e 2024, observou-se redução em três Regiões de Integração: Lago de Tucuruí, com -3,06%; Tocantins, com -1,56%; e Guajará, com -0,61%. Em contrapartida, as regiões que obtiveram crescimento proporcional foram: Marajó, com variação positiva de 23%,



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

seguida de Baixo Amazonas, com 9,16%; Guamá, com 6,24%; Rio Caeté, com 4,59%; Xingu, com 4,59%; Carajás, com 3,8%; Rio Capim, com 1,83%; Araguaia, com 1,36%; e Tapajós, com 0,79%.

É importante destacar que o Gráfico 21 também demonstra a comparação da proporção de nascidos vivos de mães com sete ou mais consultas de pré-natal entre as Regiões de Integração nos anos de 2023 e 2024.

Tabela 16 - Proporção de nascidos vivos de mães com sete ou mais consultas de pré-natal no estado do Pará e Regiões de Integração (2023-2024).

ESTADO/RI	Mães com sete ou mais consultas de pré-natal (%)	
	2023	2024*
Pará	60,20	62,52
Araguaia	74,06	75,07
Baixo Amazonas	65,27	71,25
Carajás	68,34	70,94
Guajará	55,66	55,32
Guamá	65,46	69,55
Lago de Tucuruí	65,19	63,19
Marajó	35,26	43,37
Rio Caeté	68,26	71,93
Rio Capim	56,25	57,28

Tapajós	65,26	65,78
Tocantins	58,07	57,16
Xingu	64,19	67,14

Fonte: SESPA, 2025.

Elaboração: FAPESPA, 2025.

Fonte: SESPA, 2025.

Elaboração: FAPESPA, 2025.

*Nota: resultado preliminar para o ano de 2024. Sujeito a alterações.

Nota 2: o município de Oeiras do Pará passou a compor a Região de Integração Marajó a partir do Decreto 2.129, de 20 de janeiro de 2022.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Figura 12: Evolução de nascidos vivos de mães com sete ou mais consultas de pré-natal (%) por Região de Integração, 2023–2024.

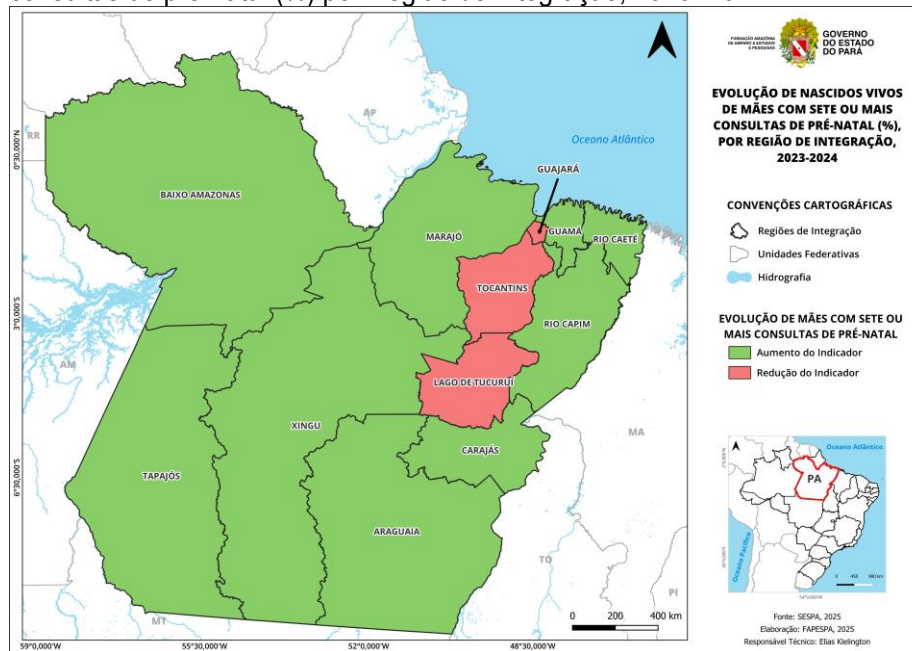
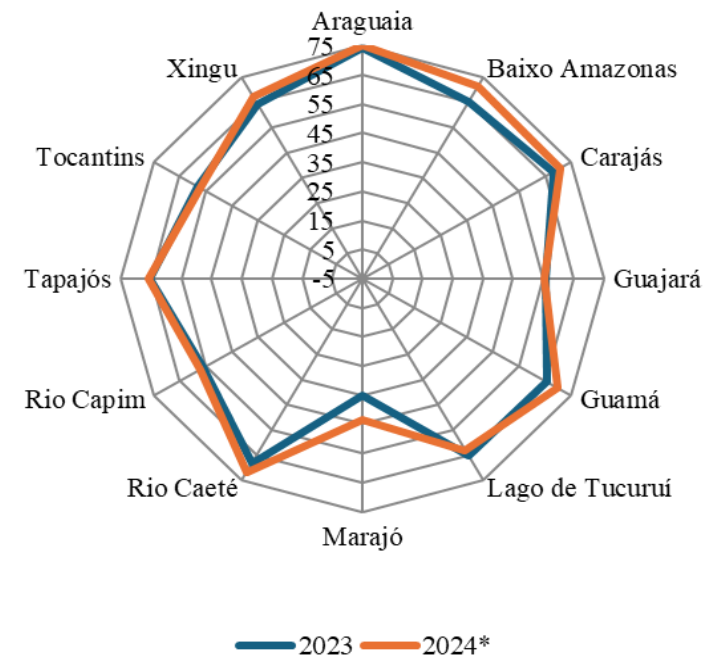


Gráfico 22: Comparação da proporção de nascidos vivos de mães com sete ou mais consultas de pré-natal entre as Regiões de Integração 2023–2024*.



Fonte: SESPA, 2025.

Elaboração: FAPESPA, 2025.

*Nota: Resultado Preliminar para o ano de 2024. Sujeito a alterações.

Nota 2: O município de Oeiras do Pará passa a compor a Região de Integração Marajó a partir do Decreto 2.129 de 20 de janeiro de 2022.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

AÇÕES DO GOVERNO – Saúde

Na área da saúde, o governo estadual reafirmou seu compromisso com a saúde pública, focando na expansão e melhoria dos serviços essenciais, promovendo um atendimento humanizado e avançando em infraestrutura e tecnologia com a entrega de equipamentos modernos, seguindo os princípios do SUS. Em 2024, o governo estadual adotou um modelo de gestão integrada e pactuada, potencializando a eficiência dos serviços e fortalecendo as ações de saúde coletiva e individual. Esse compromisso está alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU principalmente com o ODS 3 (Saúde e Bem-Estar), que busca assegurar vida saudável e bem-estar para todos, considerando também o impacto das mudanças climáticas na saúde da população. Um exemplo disso é o novo Pronto-Socorro da Augusto Montenegro, Dr. Roberto Macedo, espaço que atua em concordância com essa meta.

Entre os principais investimentos do governo estadual na área da saúde, está o aporte de R\$ 5,8 bilhões em obras e serviços, como o novo

Pronto-Socorro da Augusto Montenegro, que disponibiliza 95 leitos, sendo 20 de UTI, com capacidade de expansão para mais 20 leitos clínicos. Além disso, foi iniciada a construção da Ala Psiquiátrica no entorno do Pronto-Socorro, com 40 leitos especializados em atender pessoas com sofrimento ou transtorno mental e necessidades de saúde decorrentes do uso de álcool, crack e outras drogas.

Quanto à infraestrutura, destacam-se os serviços de conclusão das obras do Hospital de Clínicas Gaspar Viana, a expansão da rede hospitalar e atendimento de urgência com a inauguração de hospitais regionais em Oriximiná e Rio Maria e a conclusão da obra do Hospital Público da Mulher, com 120 leitos, o qual foi inaugurado em março de 2025. Houve ainda contratação de mais médicos e especialistas e a implantação de programas de prevenção e promoção da saúde, como o Programa de Combate ao Câncer, com mais de 500 transplantes de órgãos e tecidos. Na hemoterapia, foram entregues cinco novas agências transfusionais, localizadas nos municípios de Bragança, Ourilândia do Norte, Portel, Salinas e Santana do Araguaia, fortalecendo a hemorrede estadual e contribuindo para salvar vidas.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Em relação à inclusão social na saúde, a Política Estadual de Atendimento à Pessoa com Autismo no Pará continua em expansão. O Centro Integrado de Inclusão e Reabilitação (CIIR), em Belém, realizou o atendimento de mais de 28 mil paraenses em um ano. Outras unidades especializadas de atendimento estão em etapa de finalização, como as policlínicas de Santarém, Marabá, Altamira, Breves e Bragança, que contemplarão, em suas estruturas, o Núcleo de Atenção ao Transtorno do Espectro Autista (NATEA), sendo um Complexo Ambulatorial Especializado, integrando-se à rede assistencial dos municípios no suporte com procedimentos diagnósticos, dentre outros serviços em diversas especialidades. Além disso, estão em andamento 11 obras de hospitais no estado e a construção e reconstrução de 44 nos municípios, descentralizando os serviços de média e alta complexidade.



6 SANEAMENTO BÁSICO

Para análise desta temática no estado do Pará, serão utilizados os seguintes indicadores, desagregados de acordo com as áreas geográficas Pará, RMB e fora da RMB: percentual de domicílios com abastecimento de água em rede geral, percentual de domicílios com esgotamento sanitário (rede coletora e fossa séptica) e percentual de domicílios com coleta de lixo direta,.

O saneamento básico está diretamente relacionado ao desenvolvimento socioeconômico de uma região e, portanto, à qualidade de vida da população. Trata-se de uma política fundamental para o pleno exercício da cidadania, implicando diretamente na demanda de outras políticas, uma vez que a ausência de saneamento básico adequado pode gerar alto índice de mortalidade infantil, doenças correlacionadas, baixo desempenho educacional, entre outros agravantes da desigualdade social.

Considera-se que, quanto mais avançado e eficiente o saneamento básico, melhor é a vida dos cidadãos e menor é a demanda por serviços públicos, especialmente no que diz respeito à saúde de modo geral. Os

serviços são constituídos pela rede de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza e drenagem urbana, manejo de resíduos e águas pluviais.

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

De acordo com a Tabela 17, o percentual de domicílios com água em rede geral no Pará foi de 50,19% em 2024, ligeiramente acima do registrado em 2023 (49,58%). Na RMB, esse serviço alcançou 60,43% dos domicílios em 2024, 60,10% em 2023 e 63,72% em 2020. Na área fora da RMB, o percentual foi mais diminuto: 46,18% (2024), 45,52% (2023) e 45,26% (2020). Dessa forma, verifica-se que a maior concentração do serviço de abastecimento de água continua na região metropolitana, que é a mais urbanizada e detém percentual de domicílios atendidos superior ao do estado, em detrimento da área considerada fora da RMB.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

ESGOTAMENTO SANITÁRIO

O indicador de esgotamento sanitário registrou os menores percentuais dentre os serviços analisados, também com maior concentração na RMB, que obteve cobertura de 54,11% dos domicílios em 2024. A área fora da RMB alcançou apenas 13,17% no mesmo ano. No Pará, este percentual foi de 24,67%, menor que a RMB. Comparando-se com o ano de 2023, o Pará e a RMB aumentaram a cobertura em 2,02% e 8,97%, respectivamente, enquanto a área fora da RMB teve queda de - 0,8%.

COLETA DE LIXO

A cobertura percentual de coleta de lixo mostrou maior abrangência nos domicílios entre os indicadores estudados. Em 2024, no Pará, o índice chegou a 80,99%, com aumento de 4,8% em relação a 2020 (76,13%). Na RMB, esse número foi de 99,17% em 2024, com diferença de 4,6% em relação a 2020 (94,53%). Na área fora da RMB, o serviço passou de 68,95% (2020) para 73,89% (2024), variação de 4,9%. Entre 2023 e 2024, todas as unidades territoriais analisadas tiveram variação em torno de 1%.

Tabela 17: Valores percentuais de domicílios atendidos pelos serviços de saneamento básico no estado do Pará, na Região Metropolitana de Belém e fora da RMB, nos anos de 2020 a 2024.

Área Geográfica	Ano	Percentual de domicílios com água em rede geral	Percentual de domicílios com esgotamento sanitário (rede coletora e fossa séptica)	Percentual de domicílios com coleta de lixo direta
Pará	2020*	50,45	18,17	76,13
	2021*	50,55	20,69	80,03
	2022	51,18	21,50	79,49
	2023	49,58	22,65	79,69
	2024*	50,19	24,67	80,99
RMB	2020*	63,72	44,59	94,53
	2021*	63,20	50,96	99,14
	2022	63,58	53,23	98,25
	2023	60,10	45,14	98,03
	2024*	60,43	54,11	99,17
Fora da RMB	2020*	45,26	7,87	68,95
	2021*	45,58	8,87	72,57
	2022	46,28	8,97	72,08
	2023	45,52	13,97	72,61
	2024*	46,18	13,17	73,89

Fonte: IBGE-PNADC, 2025.

Elaboração: FAPESPA, 2025.

*Nota: os indicadores para os anos de 2020 e 2021 foram estimados pela FAPESPA devido à pandemia. Os dados de 2023 foram atualizados, segundo a PNADC/IBGE 2023, no entanto, os de 2024 foram estimados pela FAPESPA.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

AÇÕES DO GOVERNO – Saneamento

As principais ações governamentais realizadas em 2024 e voltadas para o saneamento básico foram propiciadas pela preparação para a COP 30. Destacam-se a continuidade de execução da macrodrenagem das bacias do Tucunduba, Una e Tamandaré; e a implementação de 59,5 km de rede de esgotamento sanitário com mais de 10 mil ramais domiciliares a serem concluídos até a realização do evento.

Outras medidas foram a urbanização e drenagem de canais em Belém, como: 1.276 metros do Canal Lago Verde, no bairro da Terra Firme, com 37% de execução física; requalificação do Canal Sapucajuba, que abrange 741 metros de obras de infraestrutura, no mesmo bairro, com 32% de execução física; requalificação do Canal da Gentil, abrangendo 1.450 metros de urbanização e drenagem, com 34% de execução física; requalificação de 1.100 metros do Canal Cipriano, com 29% de execução física; requalificação dos canais Vileta, Timbó, União e Leal Martins, com 26% de execução física; requalificação de 980 metros do Canal Caraparu, com 27% de execução física; e saneamento ambiental de 7.600 metros da

sub-bacia do Una, com 23% de execução física. Todas essas obras são voltadas para a implantação de saneamento básico, rede de esgoto e rede de água, drenagem pluvial, construção de pontes, dentre outros serviços.

Outras ações incluem a infraestrutura dos canais Bengui e Marambaia e a adequação viária da rua das Rosas, com execução física em 33%; saneamento e urbanização da bacia do Canal Mártir (Canal Murucutu e Mártir), com execução física de 29%; saneamento no entorno do Ver-o-Peso; reforma do canal da Visconde de Souza Franco, com 55% de execução física; e reforma do Canal da Tamandaré, com 50% de execução física.

Também foram implantadas 257 cisternas em 17 municípios do Marajó, além da construção de um poço tubular de 50 metros, dois cloradores e um reservatório de 100m³ em Soure, também no Marajó.



7 HABITAÇÃO

A habitação é um termo utilizado para designar o espaço doméstico, conduzindo a uma visão dinâmica no uso da casa ou da moradia. Configura-se como um direito social e fundamental previsto no art. 6º da Constituição Federal (1988), o qual preconiza vínculo com inclusão social e melhoria da qualidade de vida, que, conjuntamente com a assistência social, saúde, emprego e renda, entre outros, resulta, portanto, no desenvolvimento social do ser humano.

Neste contexto, o presente Mapa da Exclusão Social do Estado do Pará 2025 apresenta indicadores para análise de acordo com a prerrogativa da Lei 8.327/2015: percentual de domicílios improvisados, densidade excessiva de moradores por dormitório, percentual de domicílios sem banheiro ou sanitário exclusivo, percentual de domicílios com paredes de material não durável e percentual de domicílios sem iluminação elétrica. Foram considerados dados referentes aos anos de 2020 a 2024, com os recortes geográficos: Pará, Região Metropolitana de Belém (RMB) e área fora da Região Metropolitana de Belém.

O tema habitação está atrelado aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Agenda 2030 da ONU, mais especificamente ao ODS 11 - tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Dentre as metas estabelecidas para implementação até 2030, destaca-se a meta 11.1: garantir o acesso de todos à moradia digna, adequada e a preço acessível; aos serviços básicos e urbanizar os assentamentos precários de acordo com as metas assumidas no Plano Nacional de Habitação, com especial atenção para grupos em situação de vulnerabilidade (PARÁ, 2021).

DOMICÍLIOS IMPROVISADOS

De acordo com a Tabela 18, o percentual de domicílios improvisados no Pará, RMB e área fora da RMB manteve-se abaixo de 1% em todos os anos analisados. No entanto, o percentual de domicílios improvisados cresceu no estado do Pará em 7,4% entre 2020 e 2024. Em



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

contrapartida, na RMB, o percentual recuou em -55,17%, enquanto fora da RMB houve um crescimento de 100% entre os anos analisados.

DENSIDADE EXCESSIVA DE MORADORES

A densidade excessiva de moradores por dormitório no Pará registrou índice de 5,39% em 2020, decrescendo para 4,06% em 2024, uma queda de -24,67% no indicador, de acordo com a Tabela 18. Na RMB, houve crescimento, com o indicador saindo de 5,14% em 2020 para 5,32% em 2024, uma variação de 3,5%. Já na área fora da RMB, houve redução de -35,03%, passando de 5,48% em 2020 para 3,56% em 2024.

Tabela 18 - Percentual de domicílios improvisados e densidade excessiva de moradores por dormitório no Pará, RMB e fora da RMB (2020-2024).

Área geográfica	Ano	Percentual de domicílios improvisados	Densidade excessiva de moradores por dormitório ¹
Pará	2020*	0,27	5,39
	2021*	0,23	4,83
	2022	0,34	4,76
	2023	0,22	4,68
	2024	0,29	4,06
RMB	2020*	0,58	5,14

	2021*	0,43	5,35
	2022	0,27	5,20
	2023	0,26	5,05
	2024	0,26	5,32
Fora da RMB	2020*	0,15	5,48
	2021*	0,15	4,63
	2022	0,37	4,59
	2023	0,20	4,54
	2024	0,30	3,56

Fonte: IBGE-PNADC, 2025.

Elaboração: FAPESPA, 2025.

Nota¹: indicador estimado pela FAPESPA. Oficialmente, foi divulgado pelo IBGE até o ano de 2015.

*Os indicadores para os anos de 2020, 2021 e 2024 foram estimados pela FAPESPA devido à pandemia. As pesquisas dos anos de 2020 e 2021 não foram disponibilizadas, conforme esclarecimento feito pela equipe da PNADC/IBGE. Já com relação ao ano de 2024, até 06/05/2024, os dados de 2024 ainda não haviam sido divulgados pela PNADC.

DOMICÍLIOS SEM BANHEIRO OU SANITÁRIO EXCLUSIVO

O percentual de domicílios sem banheiro ou sanitário exclusivo, conforme apresentado na Tabela 19, teve redução significativa, entre 2020 a 2024, tanto no Pará quanto fora da RMB. As variações foram de -34,12 no Pará e -36,74% fora da RMB, enquanto na RMB o índice aumentou em 79,04%. Em 2024, o Pará apresentou uma proporção de 8,39%, a RMB obteve 1,88% e fora da RMB registrou 10,93%.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Como se observa, as áreas RMB e fora da RMB apresentaram percentuais bastante diferentes, demonstrando que os domicílios localizados na RMB, onde está situada a capital do estado, dispõem de maior infraestrutura em relação ao acesso a banheiros, conforme a Tabela 19.

PERCENTUAL DE DOMICÍLIOS COM PAREDES DE MATERIAL NÃO DURÁVEL

Quanto ao percentual de domicílios com estrutura de paredes de material não durável — o que é considerado uma inadequação, pois implica algum grau de insegurança para os moradores —, o Pará conseguiu reduzir significativamente em -80,3% o percentual de habitações com esse tipo de estrutura nos últimos cinco anos: 2,69% em 2020; 2,9% em 2021; 1,6% em 2022; 1,06% em 2023; e 0,53% em 2024.

Os valores referentes à RMB apresentaram oscilação na variação entre 2020 e 2024. Apesar disso, houve uma diminuição de -83,6% durante o período analisado, quando o índice foi de 1,22% em 2020 para 1,44% em 2021. Contudo, em 2022, apresentou redução, chegando a 1,34%;

passando para 0,13% em 2023; e crescendo para 0,20% em 2024.

A área fora da RMB, apesar de ter apresentado percentuais mais elevados que os da área metropolitana, iniciou a série histórica com percentual de 3,27% em 2020. Em 2021, esse número chegou ao ápice, alcançando 3,47%. Nos anos seguintes, o cenário foi de decréscimo: 1,7% em 2022; 1,42% em 2023; e 0,66% em 2024, reduzindo o percentual em -79,81% em cinco anos.

DOMICÍLIOS SEM ILUMINAÇÃO ELÉTRICA

Em relação ao indicador dos domicílios sem iluminação elétrica, o estado do Pará apresentou uma variação negativa de -81,9% entre os anos de 2020 e 2024. Em 2020, o índice era de 1,16%, diminuindo consideravelmente para 0,21% em 2024. Na RMB, a redução foi de -100%, passando de 0,21% em 2020 para 0,13% em 2024. Seguindo a mesma tendência, a área fora da RMB registrou uma queda de -81,01% no período citado, com um percentual que variou de 1,58% em 2020 para 0,3% em 2024, conforme os dados da Tabela 19.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Tabela 19: Percentual de domicílios sem banheiro ou sanitário exclusivo, com paredes de material não durável e sem energia elétrica no Pará, RMB e fora da RMB (2020-2024).

Área geográfica	Ano	Percentual de domicílios sem banheiro ou sanitário exclusivo	Percentual de domicílios com paredes de material não durável	Percentual de domicílios sem energia elétrica
Pará	2020*	12,74	2,69	1,16
	2021*	12,73	2,90	1,11
	2022	9,70	1,60	0,95
	2023	10,19	1,06	1,06
	2024	8,39	0,53	0,21
RM Belém	2020*	1,05	1,22	0,07
	2021*	0,48	1,44	0,08
	2022	0,81	1,34	0,13
	2023	1,05	0,13	0,00
	2024	1,88	0,20	0,00
Fora da RMB	2020*	17,28	3,27	1,58
	2021*	17,50	3,47	1,51
	2022	13,21	1,70	1,27
	2023	13,72	1,42	1,47
	2024	10,93	0,66	0,30

Fonte: IBGE-PNADC, 2025.
Elaboração: FAPESPA, 2025.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

*Os indicadores para os anos de 2020, 2021 e 2024 foram estimados pela FAPESPA devido à pandemia. As pesquisas dos anos de 2020 e 2021 não foram disponibilizadas, conforme esclarecimento feito pela equipe da PNADC/IBGE. Já com relação ao ano de 2024, até 06/05/2025, os dados de 2024 ainda não haviam sido divulgados pela PNADC.

AÇÕES DO GOVERNO – Habitação

Na área da habitação, o Governo do Estado do Pará prioriza um conjunto de ações integradas, visando à promoção da inclusão social e à redução das desigualdades sociais, em especial, das famílias de baixa renda, para garantir moradia digna e de qualidade e superar o déficit habitacional. Segundo o IBGE (2019), o estado do Pará encontrava-se com elevado índice de habitações precárias, concentrando 10,1% do déficit nacional no componente coabitação.

Quanto aos investimentos, o governo estadual reafirma seu compromisso com o direito à moradia digna, beneficiando famílias de baixa renda com apoio para construção, ampliação, reforma ou melhoria de unidades habitacionais por meio do Programa Sua Casa. Criado pela Lei nº 8.967/2019 e regulamentado pelo Decreto nº 553/2020, o programa já investiu mais de R\$ 362 milhões, beneficiando 40 mil famílias em todo o estado. Além de promover qualidade de vida e inclusão social, o programa

fortalece as comunidades e reduz desigualdades, demonstrando o protagonismo do governo na melhoria das condições habitacionais e no combate ao déficit habitacional.

Além disso, o governo do estado previu um investimento de R\$ 2,2 bilhões em desenvolvimento urbano, habitação, saneamento e mobilidade, com o objetivo de melhorar a infraestrutura, elevar a qualidade de vida e reduzir as desigualdades sociais em todas as regiões do Pará. Entre os principais projetos, destaca-se a conclusão das obras do Conjunto Habitacional “Curtume”, que contempla 400 unidades habitacionais no município de Belém, na Região de Integração Guajará. Com 69% de execução física, o projeto representa um investimento de R\$ 90,32 milhões, com entrega prevista para 2025.



8 SEGURANÇA PÚBLICA

Este tópico sobre segurança pública considera os indicadores de roubo, homicídio, homicídio no trânsito, reincidentes e não reincidentes, reincidência de egressos assistidos e reintegração social de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, com dados correspondentes aos anos de 2023 e 2024, no Pará e suas Regiões de Integração.

A segurança pública é compreendida na Constituição Brasileira (1988) como “dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio”. É operacionalizada por meio da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, criada pela Lei nº 13.675/2018, que também instituiu o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP). Pode-se afirmar que a segurança pública está diretamente relacionada às diversas formas de violência e foi concebida para combatê-las. Trata-se, portanto, e mais especificamente, de um conjunto de mecanismos e medidas que previnem a população contra perigos e danos à vida e ao patrimônio, entendidos como crimes.

Desse modo, a segurança pública é um sistema integrado com um conjunto de medidas em prol da justiça e defesa dos direitos, além da repressão, coação e vigilância. Portanto, é um processo que se inicia na prevenção, passa pela reparação do dano e finda na reinclusão do autor do crime à sociedade. Nesse contexto, os índices de educação, renda, emprego, saúde, assistência social, entre outros, corroboram para a concretude da segurança pública, pois podem sinalizar a mitigação de expressões históricas da questão social que atravessam o país e a região amazônica, com desigualdades e vulnerabilidades dos povos nativos.

TAXA DE ROUBO

A taxa de roubo por 100 mil habitantes no Pará diminuiu de 537,37 em 2023 para 415,56 em 2024, variação de -121,81. Considerando as RIs, Guajará apresentou os maiores índices nos dois anos estudados: 1.401,68 em 2023 e 1.056,46 em 2024. Seguidamente, esteve a RI Guamá, com 519,74 roubos em 2024 e 412,93 em 2023. Todas as RIs



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

apresentaram retração na taxa, com as maiores variações sendo observadas na RI Guajará (-345) e na RI Guamá (-106,81). As menores taxas de roubo em 2024 foram registradas nas RIs Xingu (78,81) e Marajó (84,14), com variações de -41,79 e -19,76, respectivamente.

Esta evolução da taxa de roubo também está representada na Figura 13 e gráfico 23, nos quais é possível visualizar as RIs que conseguiram diminuir a taxa desse tipo de crime.

*Os dados populacionais de 2023 são estimativas da FAPESPA, baseadas em informações do IBGE. Já os dados populacionais de 2024 foram obtidos diretamente do IBGE - Tabela 6579. Período desta coleta: 21/04/2025.

Nota 2: o município de Oeiras do Pará passou a compor a Região de Integração Marajó a partir do Decreto 2.129, de 20 de janeiro de 2022.

Nota 3: os dados de 2023 sofreram atualizações, segundo as informações recebidas da SEGUP em 2025.

Tabela 20: Taxa de roubo, por 100 mil habitantes, no estado do Pará e Regiões de Integração, com variação entre os anos de 2023 e 2024.

ESTADO/RI	2023	2024
Pará	537,37	415,56
Araguaia	185,64	133,07
Baixo Amazonas	214,27	162,50
Carajás	396,87	337,82
Guajará	1.401,68	1.056,46
Guamá	519,74	412,93
Lago de Tucuruí	191,18	133,18
Marajó	103,90	84,14
Rio Caeté	209,88	160,58
Rio Capim	203,00	172,58
Tapajós	183,28	164,30
Tocantins	304,32	250,37
Xingu	120,60	78,81

Fonte: IBGE/SEGUP, 2025.

Elaboração: FAPESPA, 2025.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Figura 13: Evolução da taxa de roubo (100 mil habitantes) por Região de Integração, 2023–2024.

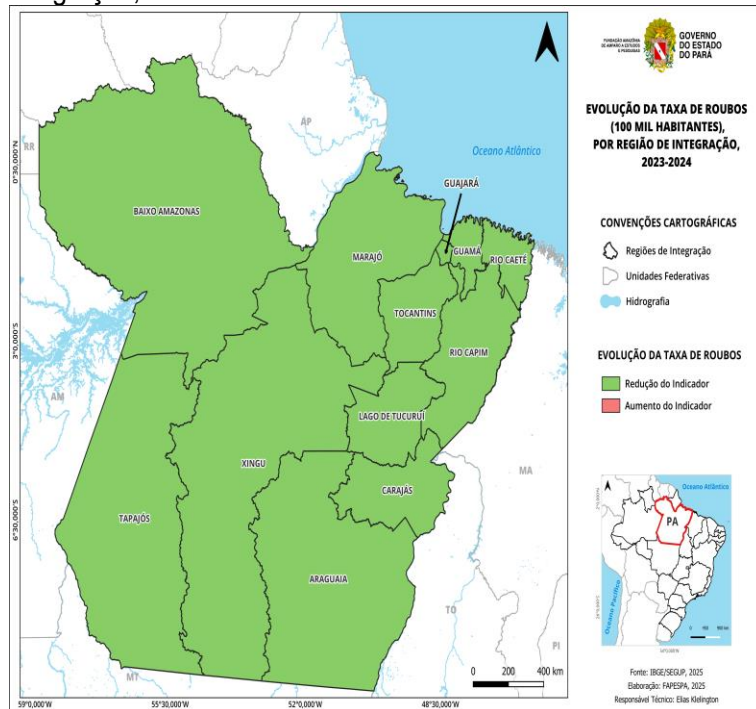
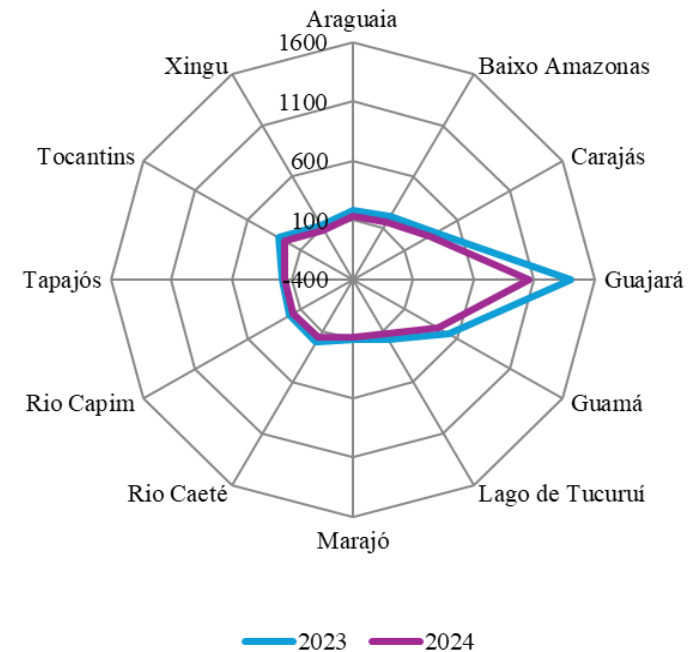


Gráfico 23 – Comparação da taxa de roubo (por 100 mil hab.) entre as Regiões de Integração, 2023-2024.



Fonte: IBGE/SEGUP, 2025.

Elaboração: FAPESPA, 2025.

*Os Dados Populacionais de 2023 são estimativas da Fapespa, baseadas em dados populacionais do IBGE, no entanto os dados populacionais de 2024 são dados do próprio IBGE - Tabela 6579.

Período desta Coleta - 21/04/2025.

Nota 2: O município de Oeiras do Pará passa a compor a Região de Integração Marajó a partir do Decreto 2.129 de 20 de janeiro de 2022.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

TAXA DE HOMICÍDIO

A taxa de homicídio no Pará foi de 20,9 em 2024, com diminuição de -3,91 homicídios por 100 mil habitantes, em comparação com o ano anterior, como demonstra a Tabela 21. Concernente às RIs, observa-se que os maiores índices de 2024 estiveram nas RIs Araguaia (45,76), Tapajós (35,02) e Xingu (35,00), enquanto as menores foram registradas nas RIs Baixo Amazonas (9,76) Marajó (11,11), e Guamá (13,69).

Considerando a evolução do indicador, a maioria das regiões apresentou diminuição na taxa de homicídios, com exceção da RI Lago de Tucuruí, que obteve aumento de 0,4 morte por homicídio. A RI Xingu registrou maior retração (-13,69), seguida da RI Carajás (-6,39). Esta evolução da taxa de homicídios também está representada na Figura 14 e no Gráfico 24, com as regiões que apresentaram aumento ou diminuição no indicador.

Tabela 21: Taxa de homicídio, por 100 mil habitantes, no estado do Pará e Regiões de Integração, com variação entre os anos de 2023 e 2024.

ESTADO/RI	2023*	2024
Pará	24,81	20,90
Araguaia	51,38	45,76
Baixo Amazonas	13,91	9,76
Carajás	33,21	26,82
Guajará	17,60	16,45
Guamá	19,38	13,69
Lago de Tucuruí	32,01	32,41
Marajó	12,59	11,11
Rio Caeté	20,30	16,69
Rio Capim	35,40	29,86
Tapajós	39,84	35,02
Tocantins	18,52	16,06
Xingu	48,69	35,00

Fonte: IBGE/SEGUP, 2025.

Elaboração: FAPESPA, 2025.

*Os dados populacionais de 2023 são estimativas da FAPESPA, baseadas em informações do IBGE. Já os dados populacionais de 2024 foram obtidos diretamente do IBGE - Tabela 6579. Período desta coleta: 21/04/2025.

Nota 2: o município de Oeiras do Pará passou a compor a Região de Integração Marajó a partir do Decreto 2.129, de 20 de janeiro de 2022.

Nota 3: os dados de 2023 sofreram atualizações, segundo as informações recebidas da SEGUP em 2025. Outro fato a ser enfatizado é que os números utilizados são referentes ao número de homicídios com feminicídio, pois anteriormente utilizava-se os números gerais de homicídio.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Figura 14: Evolução da taxa de homicídio (100 mil habitantes) por Região de Integração, 2023–2024.

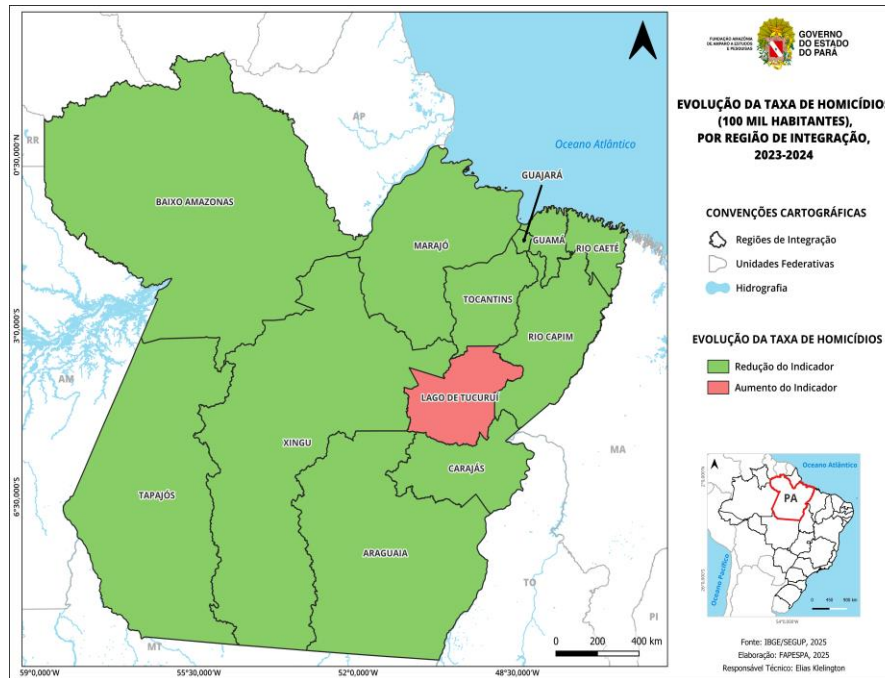
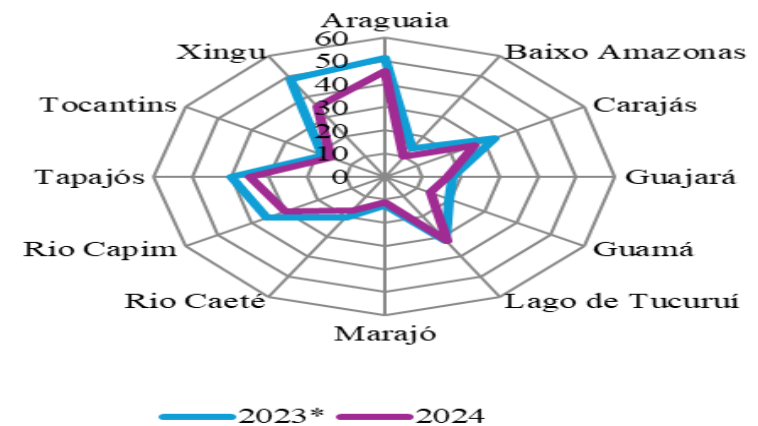


Gráfico 24: Comparação da taxa de homicídio (por 100 mil hab.) entre as Regiões de Integração 2023-2024.



Fonte: IBGE/SEGUP, 2025.

Elaboração: FAPESPA, 2025.

*Os Dados Populacionais de 2023 são estimativas da Fapespa, baseadas em dados populacionais do IBGE, no entanto os dados populacionais de 2024 são dados do próprio IBGE - Tabela 6579. Período desta Coleta - 21/04/2025.

Nota 2: O município de Oeiras do Pará passa a compor a Região de Integração Marajó a partir do Decreto 2.129 de 20 de janeiro de 2022.

Nota 3: Os dados de 2023 sofreram atualizações segundo as informações recebidas pela SEGUP em 2025. Outro fato para enfatizar é que os números utilizados são referentes ao número de homicídios com feminicídio, pois anteriormente utilizava-se os números gerais de homicídio.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

TAXA DE HOMICÍDIO NO TRÂNSITO

A taxa de homicídio no trânsito no Pará foi de 14,45 em 2024, com crescimento de 0,96 em relação a 2023, quando o índice era de 13,49 homicídios por 100 mil habitantes, de acordo com a Tabela 22.

Os dados correspondentes às RIs acusam que, em 2024, as três maiores taxas estiveram nas RIs Tapajós (29,81), Araguaia (28,12) e Rio Capim (20,21), enquanto as RIs Marajó (3,37), Guajará (9,41) e Baixo Amazonas (9,76) lideraram com as menores taxas de homicídios no trânsito.

Na variação entre 2023 e 2024, a maioria das RIs registrou crescimento, com maior elevação na RI Araguaia (7,18) e Tapajós (3,11). As regiões que sofreram retração foram Rio Caeté (-3,74), Guamá (-2,35) e Baixo Amazonas (-1,88). Esta evolução da taxa de homicídios no trânsito também está representada na Figura 15 e no Gráfico 25, que apresentam detalhes sobre as regiões onde ocorreram mais homicídios e as que conseguiram reduzir o indicador.

Tabela 22: Taxa de homicídio no trânsito, por 100 mil habitantes, para o estado do Pará e Regiões de Integração, com variação entre os anos de 2023 e 2024.

ESTADO/RI	2023	2024
Pará	13,49	14,45
Araguaia	20,94	28,12
Baixo Amazonas	11,64	9,76
Carajás	18,48	19,96
Guajará	7,52	9,41
Guamá	21,18	18,83
Lago de Tucuruí	17,82	18,27
Marajó	2,13	3,37
Rio Caeté	14,68	10,94
Rio Capim	19,46	20,21
Tapajós	26,70	29,81
Tocantins	9,85	11,74
Xingu	16,90	19,52

Fonte: IBGE/SEGUP, 2025.

Elaboração: FAPESPA, 2025.

*Os dados populacionais de 2023 são estimativas da FAPESPA, baseadas em informações do IBGE. Já os dados populacionais de 2024 foram obtidos diretamente do IBGE - Tabela 6579. Período desta coleta: 21/04/2025.

Nota 2: o município de Oeiras do Pará passou a compor a Região de Integração Marajó a partir do Decreto 2.129, de 20 de janeiro de 2022.

Nota 3: os dados de 2023 sofreram atualizações, segundo as informações recebidas da SEGUP em 2025.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Figura 15: Evolução da taxa de homicídio no trânsito (100 mil habitantes) por Região de Integração, 2023–2024.

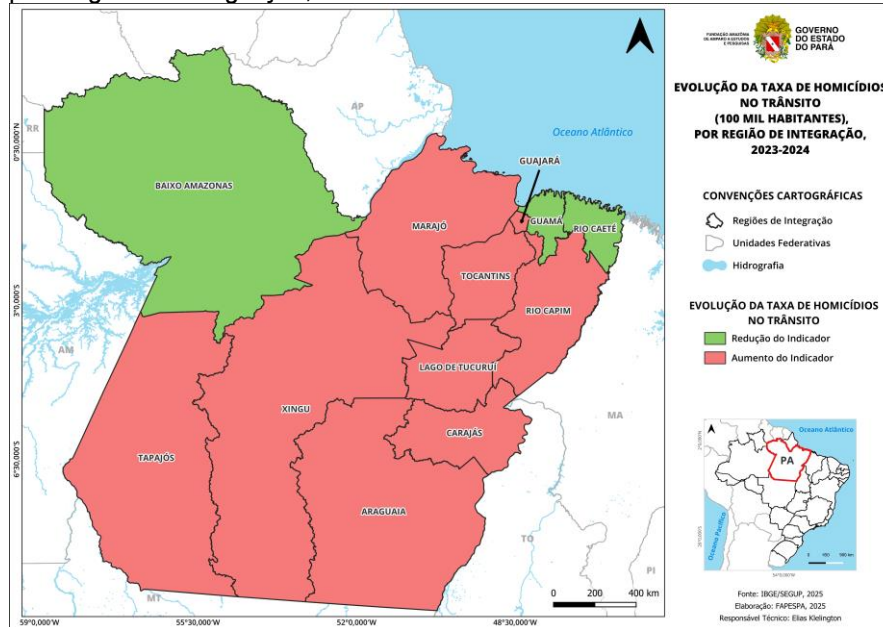
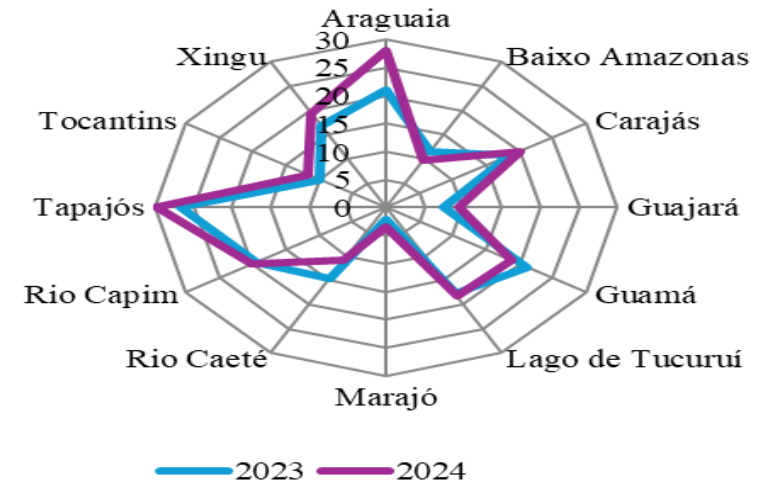


Gráfico 25: Comparação da taxa de homicídio no trânsito (por 100 mil hab.) entre as Regiões de Integração, 2023-2024.



Fonte: IBGE/SEGUP, 2025.
Elaboração: FAPESPA, 2025.

*Os Dados Populacionais de 2023 são estimativas da Fapespa, baseadas em dados populacionais do IBGE, no entanto os dados populacionais de 2024 são dados do próprio IBGE - Tabela 6579. Período desta Coleta - 21/04/2025.

Nota 2: O município de Oeiras do Pará passa a compor a Região de Integração Marajó a partir do Decreto 2.129 de 20 de janeiro de 2022.

Nota 3: Os dados de 2023 sofreram atualizações segundo as informações recebidas pela SEGUP em 2025.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

TAXA DE REINCIDÊNCIA DE EGRESSOS ASSISTIDOS

O percentual de reincidentes no Pará diminuiu de 38,58% (2023) para 37,54% (2024), diferença de -1,04 p.p., enquanto os não reincidentes aumentaram na mesma proporção (1,04 p.p.) e chegaram a 62,46% (2024), conforme a Tabela 23.

Na distribuição por RI, para o ano de 2024, observa-se maioria de reincidentes nas RIs Guamá (56,93%) e Guajará (38,85%). Já os não reincidentes predominaram nas RIs Araguaia (88,12%) e Lago de Tucuruí (80,04%). Por outro lado, as menores taxas de reincidentes foram registradas nas RIs Araguaia (11,88%) e Lago de Tucuruí (19,96%); enquanto as menores proporções de não reincidentes ocorreram nas RIs Guajará (61,15%) e Guamá (43,07%).

A maioria das RIs conseguiu diminuir o percentual de reincidentes, com destaque para Rio Capim (-10,67 p.p.) e Tocantins (-10,64 p.p.), que apresentaram as maiores retrações. A RI Guajará foi a única que registrou aumento percentual, evoluindo para 11,41 p.p., como mostra a Tabela 23 e as ilustrações da Figura 16 e do Gráfico 27. No sentido contrário, os percentuais de não reincidentes cresceram na

maioria das RIs, com destaque para Rio Capim (10,67 p.p.) e Tocantins (10,64 p.p.). A RI Guajará foi a única que apresentou decréscimo (-11,41%).

Tabela 23: Percentual de detentos reincidentes e não reincidentes, no estado do Pará e Regiões de Integração, 2023-2024.

Estado/RI	% Reincidentes		% Não reincidentes	
	2023	2024	2023	2024
Pará	38,58	37,54	61,42	62,46
Araguaia	17,44	11,88	82,56	88,12
Baixo Amazonas	34,99	26,83	65,01	73,17
Carajás	29,64	21,55	70,36	78,45
Guajará	27,44	38,85	72,56	61,15
Guamá	65,97	56,93	34,03	43,07
Lago de Tucuruí	25,00	19,96	75,00	80,04
Marajó	31,19	26,59	68,81	73,41
Rio Caeté	36,89	29,09	63,11	70,91
Rio Capim	35,41	24,74	64,59	75,26
Tapajós	28,92	20,23	71,08	79,77
Tocantins	45,15	34,51	54,85	65,49
Xingu	23,24	21,49	76,76	78,51

Fonte: SEAP, 2025.

Elaboração: FAPESPA, 2025.

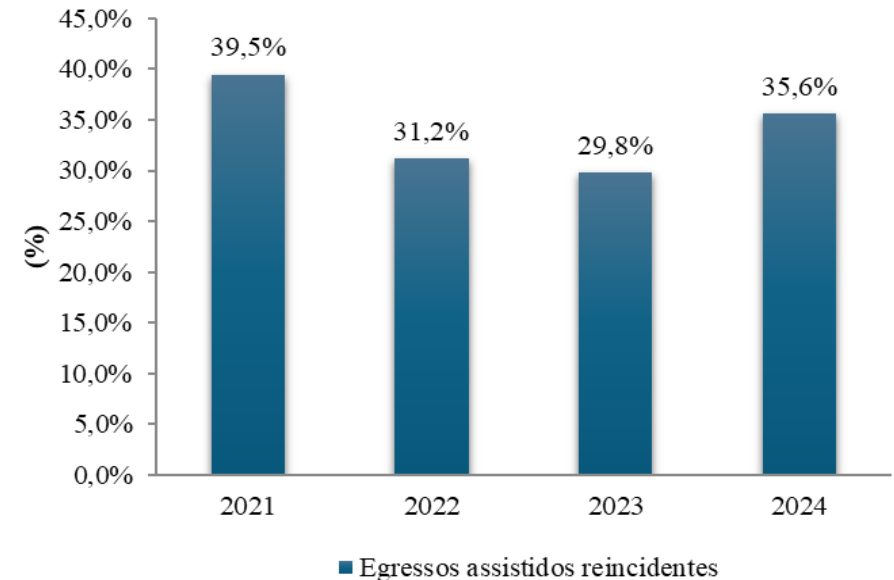
Nota: dados atualizados até a data 12/06/2025.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

A taxa de reincidência de egressos assistidos — que diz respeito ao percentual de pessoas egressas do sistema penitenciário que receberam algum tipo de atendimento, mas voltaram a cometer crimes e retornaram ao sistema penitenciário — sofreu variações entre 2021 (39,5%) e 2024 (35,6%). O índice decresceu até 2023, quando alcançou o menor valor do período (29,8%). Entre 2023 e 2024, a variação foi de 5,8 p.p.. Dessa maneira, apesar deste pequeno acréscimo, verifica-se tendência de diminuição na reincidência de egressos que tiveram assistência nos últimos quatro anos (Gráfico 26).

Gráfico 26: Taxa de reincidência de egressos assistidos no estado do Pará, 2023 - 2024.



Fonte: SEAP-CAEF, 2025.

Elaboração: FAPESPA, 2025.

Obs: Os atendimentos aos egressos ocorrem na CAEF (Coordenadoria de Assistência ao Egresso e Família) que fica em Belém/PA.

Nota: Dados atualizados até a data de 12/06/2025.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Figura 16: Evolução da Taxa de Reincidência de Presos por Região de Integração, 2023–2024.

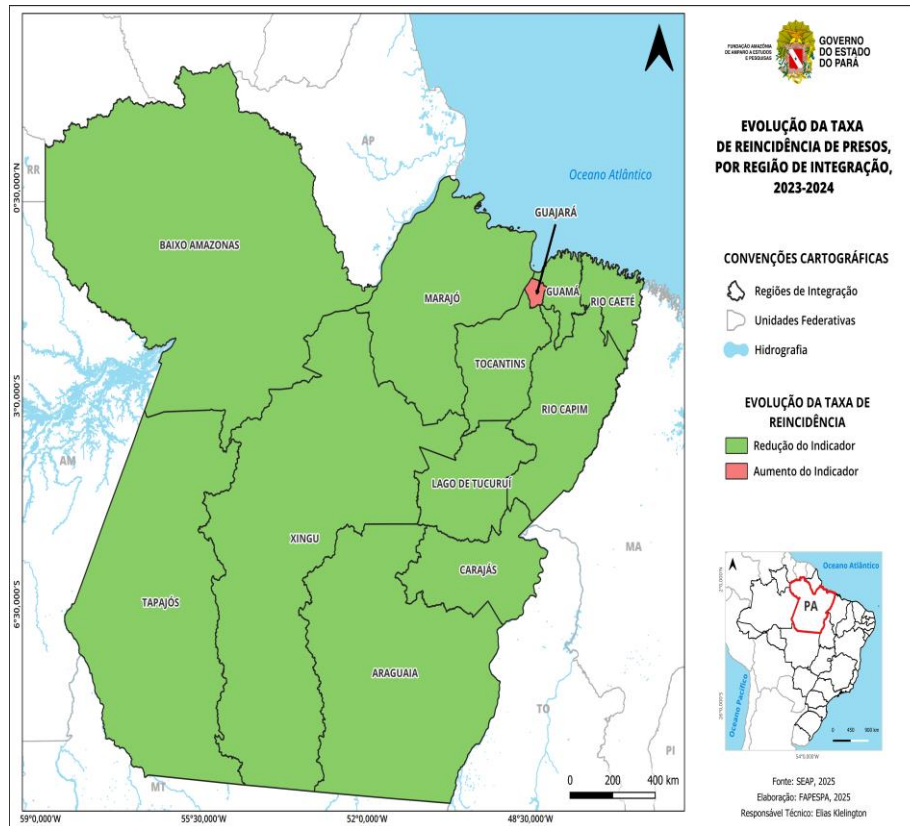
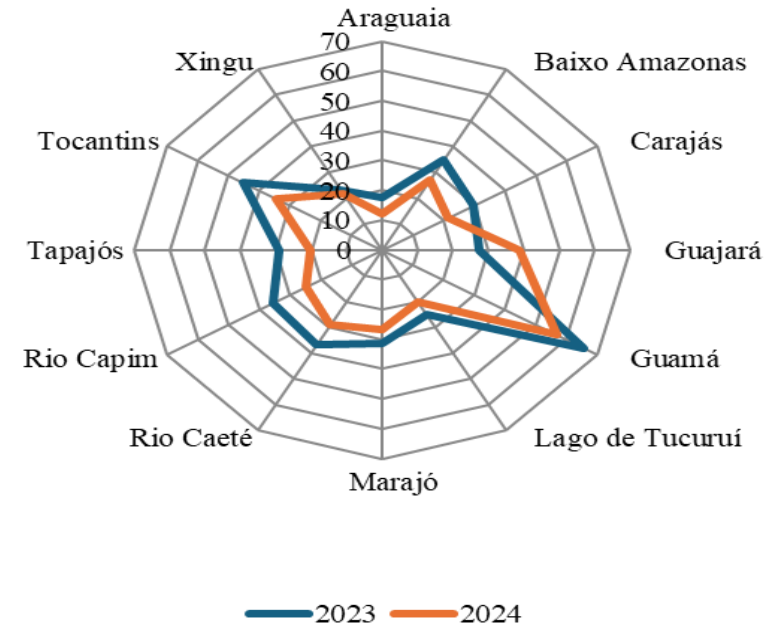


Gráfico 27: Comparação do Percentual de Detentos Reincidentes entre as Regiões de Integração 2023-2024.



Fonte: SEAP-CAEF, 2025.

Elaboração: FAPESPA, 2025.

Nota: Dados atualizados até a data de 12/06/2025.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

TAXA DE REINTEGRAÇÃO SOCIAL DE ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

A reintegração social de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas diz respeito a ações que garantam o exercício de direitos de cidadania e reinserção desse público no meio social, especialmente nos âmbitos educacional e do trabalho.

A taxa de reintegração social desses adolescentes no Pará foi de 46,98%, em 2024, enquanto em 2023 foi de 46,44%. Dessa forma, pode-se dizer que mais adolescentes se reinseriram socialmente para cumprimento de seus direitos sociais (Tabela 24).

Considerando as RIs, as maiores taxas de 2024 foram registradas em Lago de Tucuruí (66,67%) e Xingu (64,71%). Enquanto isso, as menores estiveram nas RIs Tocantins (20%) e Rio Capim (22,22%).

Tabela 24: Taxa de reintegração social de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, no estado do Pará e Regiões de Integração, 2023-2024.

Estado/RI	2023	2024
Pará	46,44	46,98
Araguaia	44,44	50,00
Baixo Amazonas	34,48	48,98
Carajás	51,22	28,89
Guajará	40,00	48,78
Guamá	27,78	35,00
Lago de Tucuruí	63,64	66,67
Marajó	50,00	62,50
Rio Caeté	50,00	42,86
Rio Capim	61,54	22,22
Tapajós	50,00	48,48
Tocantins	61,11	20,00
Xingu	50,00	64,71

Fonte: FASEPA, 2025.
Elaboração: FAPESPA, 2025.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Figura 17: Evolução da taxa de reintegração social de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, por Região de Integração, 2023–2024.

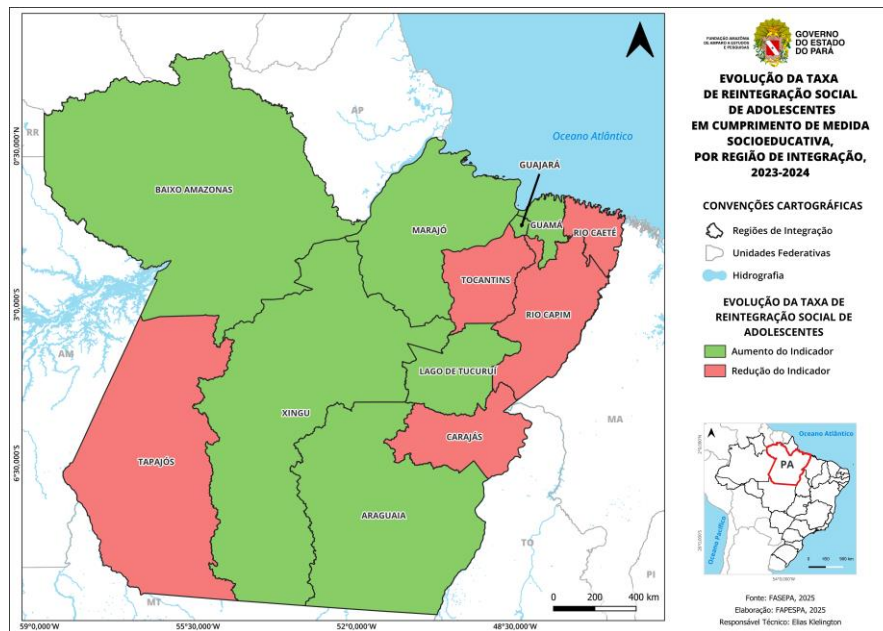
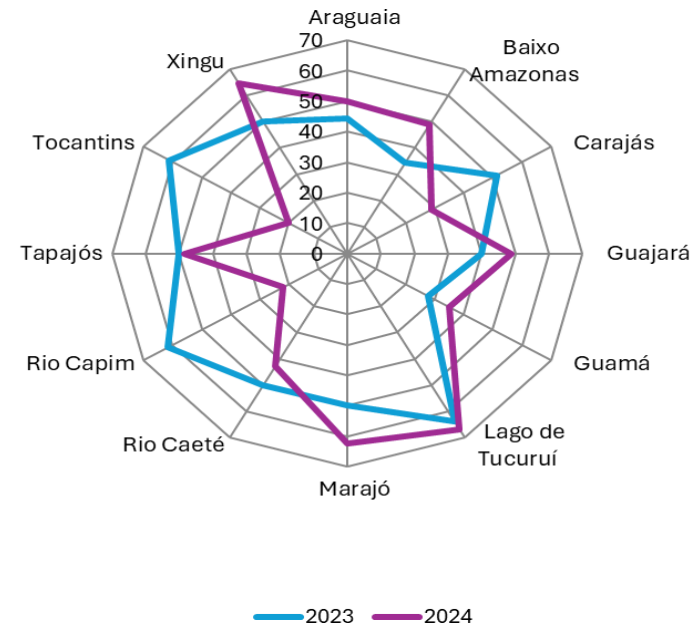


Gráfico 28: Comparação taxa de reintegração social de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, por Região de Integração do Estado do Pará, 2023-2024.



Fonte: FASEPA, 2025.
Elaboração: FAPESPA, 2025.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

AÇÕES DO GOVERNO – Segurança pública

Para a área de segurança pública, foram realizadas ações conjuntas visando à diminuição da criminalidade, especialmente os crimes letais. De acordo com a SEPLAD (2025), cerca de R\$ 90 milhões já foram destinados para aquisição de equipamentos mais modernos e tecnologia avançada, reformas e construções de unidades, renovação de frota de viaturas, entre outras iniciativas.

De maneira específica, em 2024, foi entregue a Base Integrada Fluvial Candiru, em Óbidos, que atua no combate ao tráfico e crimes ambientais; instalação de 50 totens para videomonitoramento; entregues 14 viaturas especializadas em combate a incêndio; aquisição de 100 viaturas para o sistema penitenciário; implantação do 3º Batalhão de Missões Especiais em Castanhal, que atende 45 municípios; modernização do Regimento de Polícia Montada (RPMont); instalação do Observatório de Mulheres da Amazônia Contra a Violência; ampliação do prédio do 24º Batalhão Destacado, em Curuçá; aquisição de 6 seis viaturas e três lanchas blindadas.

Destacam-se ainda o Programa Pró-Mulher Pará, implementado em 21 municípios; o Grupamento Aéreo de Segurança Pública (Graesp) e o Grupamento Fluvial (GFLU), que participaram de 2.093 operações; e o Projeto Educação de Trânsito Por Todo Pará, que atendeu 90 mil pessoas.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

REFERÊNCIAS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE.
Censo Demográfico 2022-alfabetização: resultados do universo. Rio de Janeiro: 2024. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3108/cd_2022_alfabetizacao.pdf. Acesso em: 25 de jun. 2025.

<https://seplad.pa.gov.br/wp-content/uploads/2023/10/ANEXO-I.pdf>. Acesso em: 10 de jul. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE.
Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Quarto Trimestre de 2024. OUT.-DEZ. 2024. Acesso em: 06 de jun. 2025.

PARÁ. Governador/Helder Zehluth Barbalho. **Mensagem do Governo do Pará à Assembleia Legislativa:** Ano 2025. Belém: Secretaria de Estado de Planejamento e Administração, 2025. Disponível em: <https://seplad.pa.gov.br/wp-content/uploads/2025/02/mensagem-2025-final-apresentada-a-alepa.pdf>. Acesso em: 30 de jun. 2025.

PARÁ. Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD), 2024. **Mensagem do Governador do Pará à Assembleia Legislativa 2024. Belém:** Disponível em: <https://seplad.pa.gov.br/wp-content/uploads/2025/02/mensagem-2025-final-apresentada-a-alepa.pdf>. Acesso em: 06 de jun. 2025.

PARÁ. Secretaria de Estado de Planejamento e Administração. Diretoria de Planejamento. **Plano Plurianual 2024-2027 do Governo do Estado do Pará.** Belém: Diretoria de Planejamento, 2023. 3v.:il. Disponível em: